

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO BATISTA MARTINS

O DINHEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016:
QUANTO MAIOR O MUNICÍPIO MAIOR A INFLUÊNCIA

MATINHOS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO BATISTA MARTINS

O DINHEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016:
QUANTO MAIOR O MUNICÍPIO MAIOR A INFLUÊNCIA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes

Coorientador: Prof. Dr. Emerson Joucoski

MATINHOS
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M386d Martins, João Batista
O dinheiro nas eleições de 2008,2012 e 2016: quanto maior o município maior a influência / João Batista Martins ; orientador Ivan Jairo Junckes ; coorientador Emerson Joucoski – 2021.
94 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2021.

1. Financiamento eleitoral. 2. Vereadores. 3. Eleições - Municípios. 4. Política-. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 324.81



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO BATISTA MARTINS** intitulada: **O DINHEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016: QUANTO MAIOR O MUNICÍPIO MAIOR A INFLUÊNCIA**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN JAIRO JUNCKES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica

17/11/2021 11:23:05.0

IVAN JAIRO JUNCKES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

17/11/2021 12:40:29.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

17/11/2021 11:51:37.0

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 128189

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 128189

Copyright © 2021 por João Batista Martins
Alguns Direitos Reservados

Esta obra é licenciada sob os termos da *Licença Creative Commons Atribuição – CompartilhaIgual 4.0 Internacional*. A licença está disponível em https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR .

Atribuição – CompartilhaIgual

Você tem o direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

CompartilhaIgual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Avisos:

Você não tem de cumprir com os termos da licença relativamente a elementos do material que estejam no domínio público ou cuja utilização seja permitida por uma exceção ou limitação que seja aplicável.

NÃO SÃO DADAS QUAISQUER GARANTIAS. A LICENÇA PODE NÃO LHE DAR TODAS AS AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O USO PRETENDIDO. POR EXEMPLO, OUTROS DIREITOS, TAIS COMO DIREITOS DE IMAGEM, DE PRIVACIDADE OU DIREITOS MORAIS, PODEM LIMITAR O USO DO MATERIAL.

Aos meus pais que mesmo iletrados, demonstraram a importância da educação...

Primeiramente gostaria de agradecer às seguintes pessoas por ajudar neste projeto de pesquisa: primeiramente ao meu orientador Ivan Jairo Junckes pelo suporte e dedicação em cada momento que esteve presente durante a dissertação, ao meu coorientador Emerson Joucoski pela ajudar na tarefa árdua em aprender uma nova linguagem de programação e pelas correções necessárias durante este percurso, aos professores Augusto Clemente e Rodrigo Rossi Horochovski pelas dicas e correções pontuais que fizeram este trabalho se tornar único e inovador. A toda turma do mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR Litoral e aos professores que com muito profissionalismo desempenharam um papel importante na minha formação acadêmica e a todos aqueles que acreditam que a educação pode transformar a vida das pessoas assim como transformou a minha.

Durante o mestrado houve momentos difíceis que com força e entusiasmo consegui superar, mas nem sempre estamos preparados para tudo que iremos encontrar pelo caminho e a pandemia, o Coronavírus ou Covid-19 foi uma delas, ser acometido e sofrer os efeitos dessa doença tornam esse momento ainda mais especial por se tornar um sobrevivente em meio a um país que poderia ter feito mais por seus cidadãos, infelizmente mais de 600 mil brasileiros não tiveram a mesma sorte e entre eles está o meu pai o qual dedico esta dissertação e faço essa singela homenagem, dedico a minha mãe falecida no ano de 2015 que um dia esperou ver seu filho formado e com um futuro que para ela nunca chegou mas que em seu pensamento de maneira otimista sabia que mesmo não participando desse momento estaria presente de várias maneiras. A minha irmã Marileide, e ao meu irmão Thiago, aos antepassados que se aventuraram ao vir para o Brasil na virada deste século e ajudaram a fazer essa história se tornar real, em especial aos meus bisavós: Salvador Ruiz, de Málaga na Espanha e Mariantonia Daniele, de Nápoles na Itália.

Dedico especialmente esse trabalho a minha mulher e companheira, Mestra em Sociologia, a princesa da Prússia: Solange de Lima que foi uma das responsáveis por este trabalho ser concluído com você aprendi não apenas o que são as normas da ABNT mas também o que significa o amor, as incontáveis conversas sobre História, Sociologia e Política ajudaram a mudar percepções e agregar o valor que transformou a minha vida, agradeço pela alface com queijo madeira, aos posters de Keep Calm, a aliança do Batman, ao Clube da Luta, ao Matrix, a cidade de Timbó, ao Pixies "Where is my mind", as estrelas, ao RU (Restaurante Universitário da UFPR), a máscara do Zorro, ao Pearl Jam "Light Years", a Bella Ciao, aos Mariachis do México e ao Le Nouage, para terminar queria dizer apenas "Ci sono tramonti che non tramontano mai."

*“Dinheiro é a mansão no bairro errado, que começa a desmoronar após dez anos.
Poder é o velho edifício de pedra, que se mantém de pé por séculos. Não respeito
quem não sabe distinguir os dois”*

Frank Underwood - Série House of Cards

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise da relação existente entre financiamento, desempenho e sucesso eleitoral dos candidatos ao cargo de vereador nos pleitos de 2008, 2012 e 2016 em 5.108 municípios brasileiros com menos de 50 mil eleitores. Apesar de sua fundamental importância para entender o processo eleitoral em que nasce a democracia, nas eleições subnacionais, o financiamento eleitoral nos municípios tem sido pouco explorado na bibliografia política, o que torna esse trabalho uma contribuição inovadora, para os estudos sobre as disputas no Legislativo municipal e suas particularidades. O banco de dados utilizado para as análises têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para manipulação de dados foi usado o pacote estatístico R, além de buscas e revisões bibliográficas. Os resultados obtidos corroboram a afirmação de que existe uma relação relativamente moderada entre dinheiro, voto e sucesso eleitoral nos três pleitos pesquisados e também que o tamanho do município exerce influência sobre o valor do investimento eleitoral. Descobriu-se que quanto maior o município, maior será a relação entre dinheiro e voto. A incidência de resultados padronizados nos pleitos em determinadas regiões e estados sugere que outros fatores além do dinheiro estão relacionados e são influentes para o sucesso eleitoral.

Palavras-chave: Política, Eleições, Municípios, Financiamento Eleitoral, Vereadores.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between financing, performance and electoral success of candidates for the position of councilor in the elections of 2008, 2012 and 2016 in 5,108 Brazilian municipalities with less than 50,000 voters. Despite its fundamental importance to understand the electoral process in which democracy is born in subnational elections, electoral financing in municipalities has been little explored in the political bibliography, which makes this work an innovative contribution. For studies on disputes in the municipal legislature and their particularities. The database used for the analyzes originated in the Superior Electoral Court (TSE) and for data manipulation the R statistical package was used, in addition to searches and bibliographic reviews. The results obtained corroborate the statement that there is a relatively moderate relationship between money, vote and electoral success in the three elections surveyed and also that the size of the municipality influences the value of the electoral investment. It was found that the larger the municipality, the greater the relationship between money and vote. The incidence of standardized election results in certain regions and states suggests that factors other than money are related and influential in electoral success. Keywords: Politics, Elections, Municipalities, Electoral Financing, Councilors.

Keywords: Politics, Elections, Municipalities, Electoral Financing, Councilors.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES.....	66
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	46
GRÁFICO 2 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	47
GRÁFICO 3 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	47
GRÁFICO 4 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS.....	49
GRÁFICO 5 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS.....	50
GRÁFICO 6 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS.....	51
GRÁFICO 7 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	52
GRÁFICO 8 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	53
GRÁFICO 9 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	54
GRÁFICO 10 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	55
GRÁFICO 11 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	56
GRÁFICO 12 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTOS X RECEITAS E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	57
GRÁFICO 13 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	58
GRÁFICO 14 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	59

GRÁFICO 15 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR.....	60
GRÁFICO 16 - CORRELAÇÃO ENTRE VOTO E RECEITA NOS TRÊS PLEITOS POR GRUPO DE MUNICÍPIOS.....	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - LISTA DE CANDIDATOS ELEITOS DIVIDIDOS POR CATEGORIAS.....	34
TABELA 2 - LISTA DE CANDIDATOS NÃO ELEITOS DIVIDIDOS POR CATEGORIAS.....	34
TABELA 3 - DIFERENÇA ENTRE VOTOS E RECEITAS DOS CANDIDATOS ELEITOS.....	37
TABELA 4 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO.....	40
TABELA 5 – CANDIDATURAS DEFERIDAS E NÃO DEFERIDAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO.....	40
TABELA 6 – RECEITAS DE CAMPANHA DAS CANDIDATURAS DEFERIDAS E NÃO DEFERIDAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO.....	40
TABELA 7 – CANDIDATURAS APTAS E INAPTAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO.....	41
TABELA 8 – RECEITAS DE CAMPANHA DAS CANDIDATURAS APTAS E INAPTAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO.....	41
TABELA 9 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS.....	42
TABELA 10 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS.....	42
TABELA 11 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS.....	43
TABELA 12 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS.....	44
TABELA 13 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS	45
TABELA 14 – QUADRO COMPARATIVO DA CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE MUNICÍPIOS.....	52
TABELA 15 - CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS NOS TRÊS PLEITOS ELEITORAIS.....	60
TABELA 16 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA E VOTOS NAS TRÊS ELEIÇÕES POR REGIÃO	62
TABELA 17 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA E VOTOS NAS TRÊS ELEIÇÕES POR ESTADO.....	63
TABELA 18 – CANDIDATOS, RECEITAS DE CAMPANHA E RECEITA MÉDIA POR ANO E SITUAÇÃO (ELEITOS E NÃO ELEITOS).....	67
TABELA 19 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO.....	68
TABELA 20 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR REGIÃO.....	69

TABELA 21 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO.....	70
TABELA 22 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO.....	71
TABELA 23 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ESTADO.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
GETE - Grupo de Estudos Territoriais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEA - Institute for Democracy and Electoral Assistance
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PIB - Produto Interno Bruto
STF - Supremo Tribunal Federal
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
WGI - Worldwide Governance Indicators

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
2. DEMOCRACIA, FINANCIAMENTO ELEITORAL E PLUTOCRACIA NO BRASIL.....	21
2.1. FINANCIAMENTO ELEITORAL E PLUTOCRACIA.....	22
2.2. A FÓRMULA DO SUCESSO ELEITORAL = RECURSOS FINANCEIROS X VOTOS.....	25
2.3. O FINANCIAMENTO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	28
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	33
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
4.1 ASPECTOS GERAIS DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE VEREADOR NOS PLEITOS DE 2008, 2012 E 2016.....	39
4.2 AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS POR PORTE ELEITORAL E COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES.....	42
4.3. RECEITAS X RESULTADOS NAS ELEIÇÕES.....	45
4.3.1. A relação entre votos e receita nos municípios com menos de 50 mil eleitores.....	48
4.3.2. Relação entre receita e votos com dados absolutos.....	48
4.3.3. Correlação entre votos e receitas por porte de município.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	77
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS 5.108 MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES.....	90

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas relacionadas ao financiamento eleitoral em geral abordam eleições majoritárias e proporcionais, sobretudo para o cargo de deputado federal, além de presidente, senador, governador e prefeito. A literatura referente às eleições subnacionais e o sistema proporcional, principalmente, ao cargo de vereador ainda é escassa, com isso, este trabalho vem colaborar para entender melhor as eleições onde a democracia nasce. Mancuso (2015) analisou 34 trabalhos sobre financiamento eleitoral entre os anos de 2001 a 2012, nele pode constatar que o foco, em sua maioria, eram as eleições que tratam especialmente do cargo de deputado federal. As eleições subnacionais a nível municipal foram abordadas por apenas 9% dos trabalhos analisados. Em revisão sistemática sobre como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil, Sampaio e Figueiredo (2019) concluem na mesma direção de Mancuso (2015).

Nesta dissertação apresentamos uma análise sobre o financiamento eleitoral em 5.108 municípios brasileiros. A pesquisa tem como foco os municípios com menos de 50 mil eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016 para o cargo de vereador. Partindo dos resultados encontrados no trabalho de Jacques Paul Deschamps¹, intitulado *Desenvolvimento e democracia: uma análise do dinheiro e do sucesso eleitoral nas eleições municipais no Brasil (2008, 2012 e 2016)*, que analisou 441 municípios com porte maior que 50 mil eleitores, temos como objetivo desta investigação verificar a relação entre os recursos financeiros e o desempenho dos candidatos nas campanhas eleitorais dos municípios com menos que 50 mil eleitores.

O financiamento das eleições é um tema que vem sendo amplamente discutido e analisado de forma consistente por diversos pesquisadores, seja no Brasil ou no exterior, como mostra de maneira comparativa Scarrow (2007):

In countries such as Japan, Ireland, Brazil, and Belgium, candidates from the same party compete against each other to various degrees. As a result, they run campaigns separate from their parties campaigns, and they file their own campaign spending reports. In all these countries, multivariate models show that candidates' district-level campaign spending has a positive effect on their electoral success and that the effects are large enough to make an important substantive difference (Japan: Cox & Thies 2000, Brazil: Samuels 2001, Ireland: Benoit & Marsh 2003, Belgium: Maddens et al. 2006, p. 200).

¹DESCHAMPS, J. P. **Desenvolvimento e democracia: uma análise do dinheiro e do sucesso eleitoral nas eleições municipais no Brasil (2008, 2012 e 2016)**. 2019. 100 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos (PR), 2019. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65607>>. Acesso em: 11/5/2020.

A necessidade de entender questões relacionadas à política e ao financiamento eleitoral abriu caminho para que mais trabalhos nesta área possam acontecer em várias vertentes deste campo de estudo. As campanhas apresentam maiores volumes de recursos financeiros a cada pleito, o que nos leva a refletir sobre qual o destino final destes recursos e se eles chegam até grupos diversos, garantido uma disputa no mínimo equânime ou se concentram em candidatos e partidos que se perpetuam no poder. Investigações sobre as consequências relacionadas ao financiamento eleitoral que se refletem nas políticas públicas, na sociedade e na democracia em geral são necessárias para entender a dinâmica eleitoral brasileira.

A questão que norteia a presente pesquisa é: **qual a importância dos recursos financeiros no desempenho eleitoral dos candidatos a vereador nos municípios com até 50 mil eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016 no Brasil?** Essa temática tem sido discutida por Mancuso (2015, p.159), que aponta a relação positiva entre financiamento e gasto eleitoral e por Cervi (2010, p.163) ao afirmar que “dinheiro faz diferença”. Afirmações confirmadas no trabalho com Rodrigo Rossi Horochovski e Ivan Jairo Junckes (2015, p.81), ao descreverem que “dinheiro e voto são íntimos”. Segundo esses estudos, dentre outros realizados sobre o impacto do financiamento eleitoral no resultado dos candidatos, a hipótese fundamental assumida para o presente trabalho é que existe uma relação positiva entre o desempenho e o sucesso eleitoral e esta relação pode ser observada também nos municípios de menor porte.

O financiamento eleitoral no Brasil, assim como a democracia, tem uma história de quase um século, o código eleitoral foi criado em 1932, logo após a revolução de 1930. Em 1965, através da lei nº 4.737, o código eleitoral foi atualizado e com a abertura democrática² outras leis foram criadas com o intuito de aprimorar o sistema eleitoral, entre elas a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) que dispõe que somente o partido político que tiver registrado o seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) sobre as normas a serem seguidas no pleito, a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990) e a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) que versam sobre a capacidade eleitoral passiva das condições para ser candidato, e diversas resoluções aprovadas pelo TSE com regras específicas para cada eleição (TSE, 2019). Em números, a campanha eleitoral de 2016, primeira eleição sem financiamento empresarial, por exemplo, aponta que somente em bens declarados foi

²A abertura democrática foi o processo de transição entre a ditadura militar e a democracia no Brasil. Este processo teve início em 1974, durante os governos Geisel e Figueiredo, terminando em 1988 com a promulgação da nova Constituição.

ultrapassada a marca de 96 bilhões, valor maior que o PIB de países como Bolívia, Costa Rica e Líbano. Estes dados são importantes, pois na mesma eleição 47,6% dos candidatos declararam que as doações eram oriundas de recursos próprios.

A primeira questão é se o volume financeiro investido nas campanhas tem relação direta com o número de votos recebidos pelos candidatos a vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016. A pergunta é importante pois tenta revelar a correlação do voto como sendo dependente do fator financeiro. A segunda questão a ser respondida é se o montante financeiro de receitas tem relação com desempenho eleitoral dos candidatos a vereador nos referidos pleitos. A associação entre as receitas de campanha e sua influência direta no sucesso dos candidatos é um fator importante a ser analisado.

Os dados das eleições que são utilizados neste trabalho foram cedidos pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que possui um banco de dados em constante atualização com os registros eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para a manipulação do grande volume de dados utilizados nesta pesquisa, 5.108 municípios e diversas informações sobre candidatos, se optou pela utilização do pacote de estatística R.

A metodologia adotada neste trabalho com intuito de responder às questões de pesquisa para chegar aos objetivos propostos foi a análise estatística como o coeficiente de correlação de Pearson. A utilização do pacote estatístico R possibilitou a exploração de uma grande quantidade de dados, usou-se também, mas de maneira auxiliar, outros pacotes: *tidyr* - organização dos dados; *ggplot2* - criação de gráficos; *dplyr* - preparação e análise de dados; *reshape2* - reestruturação e agregação de dados; *stringr* - operações com dados tipo *string*.

O presente trabalho está dividido em quatro partes. A primeira em consonância com o objetivo central é tratar o tema das relações políticas e econômicas através de conceitos, relacionando-os ao financiamento eleitoral de campanha. Na segunda parte da análise é discutido e demonstrado o processo de coleta de dados, testes e procedimentos até os métodos e materiais. Na terceira fase são analisados e discutidos os resultados encontrados. E para finalizar, na quarta parte são feitas as considerações finais.

2. DEMOCRACIA, FINANCIAMENTO ELEITORAL E PLUTOCRACIA NO BRASIL

Para se falar de democracia no Brasil é preciso estar atento aos fatores sociais, como a desigualdade e sua influência no processo democrático. Carvalho (2002), fala sobre as três dimensões da cidadania: os direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto); e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). O autor mostra que garantir direitos, como o sufrágio e a liberdade de pensamento, não necessariamente está atrelado às outras duas dimensões, gerando assim o que o autor denomina de “cidadania inconclusa”.

Segundo o Democracy Index (Índice da Democracia)³, organizado pela revista The Economist, no ano de 2020 o Brasil ocupava a posição de nº 49 do *ranking*, atrás de países como Trinidad e Tobago, Jamaica e Timor-Leste. Se levarmos em consideração apenas os países da América Latina e Caribe, o Brasil ocupa o 9º lugar na região sendo considerado uma “democracia falha”, atrás de países como Chile, Costa Rica e Uruguai, classificados pelo índice como “democracias completas”⁴.

O Worldwide Governance Indicators (WGI) se destina a efetuar a medição dos índices de governança dos países através de um conjunto de indicadores calculados pelo Banco Mundial, utilizando bases de pesquisas de distintas organizações governamentais e não governamentais, objetivando avaliar o estágio da governança dos distintos países com relação a seis dimensões básicas (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2010): i) estabilidade política e ausência de violência; ii) eficácia governamental; iii) voz e participação popular; iv) qualidade do regulador; v) estado de direito; e vi) controle da corrupção. Levando em consideração o índice de voz e participação popular, o Brasil oscila entre 50ª a 75ª conforme classificação do World Bank, o que o coloca no mesmo nível de países como Peru e Colômbia na América Latina.

Desempenho tão sofrível em indicadores de democracia evidencia que as eleições no Brasil, apesar de o voto ser universalizado, não tem garantido que a democracia funcione de maneira equânime. O processo eleitoral para um candidato não se resume apenas entre votar e ser votado. Este deve ter a seu favor uma variável que está intrinsecamente ligada a aqueles que conseguem

³Índice que provê o retrato atual de 167 democracias ao redor do mundo através de um ranking que leva em consideração o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política.

⁴THE ECONOMIST. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2021/02/02/global-democracy-has-a-very-bad-year>. Acesso em: 30 de março de 2021.

uma vaga, que é o dinheiro. Speck (2012), aponta uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o financiamento político e o desempenho eleitoral, como analisado nas eleições para deputado estadual e federal nas eleições do ano de 2006. Ou seja, além da formalidade, as condições materiais objetivamente monetarizadas para fazer campanha e ser votado influenciam e moldam a nossa democracia nas condições medidas pelos indicadores globais.

2.1. FINANCIAMENTO ELEITORAL E PLUTOCRACIA

Para se falar do processo político no Brasil é essencial analisar o financiamento eleitoral, como força motriz em uma engrenagem que faz parte da democracia. O estudo do financiamento eleitoral mais do que analisar dados e estatísticas significa em si estudar o próprio Brasil, suas dinâmicas políticas e sociais, pois no processo vemos refletidas desigualdades e incongruências da sociedade brasileira, mais do que isso, notamos que a “festa da democracia” apesar de ser aberta, nos leva a um labirinto de “camarotes vips” onde poucos podem entrar ou mesmo participar.

A participação democrática, muitas vezes, parece ficar distante da vida do cidadão ao término do processo eleitoral, mas tem impacto direto no cotidiano do eleitor através das políticas públicas ou a ausência delas, do desenvolvimento territorial sustentável e social. As políticas públicas estão intimamente ligadas ao *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem e são implantadas, isto é, os governos (SOUZA, 2006).

A articulação política e a atuação de determinados grupos em torno de interesses comuns, através das atividades de *lobby*, os levam a resultados favoráveis em detrimento de setores que carecem nesse sentido de uma união e participação conjunta. A ação política da indústria em torno da tramitação das propostas ocorre de forma intensa onde acompanham, analisam, tomam decisões, orientam e fazem pressão. Caso a proposta original sofra alterações como substitutivos ou emendas, novas análises são feitas por técnicos de diferentes áreas, como advogados, economistas, entre outros, para passar pelo crivo dos interesses da indústria (MANCUSO, 2004).

Um outro estudo interessante realizado por Horochovski *et al.* (2016) mostra o conflito de interesses entre ambientalistas e parlamentares que representam a chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional referente ao projeto de lei 1876/1999 e suas alterações, que resultou no que conhecemos hoje como Código Florestal, lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Através do estudo foi possível evidenciar que aspectos como o direcionamento político influenciaram os parlamentares

nas suas tomadas de decisões relacionadas à questão ambiental. Os atributos de sexo, orientação política e fonte de financiamento foram decisivos para votos que favoreceram o agronegócio.

O investimento de setores produtivos, grupos e empresas em partidos, mas principalmente nos candidatos, acirra disputas eleitorais e torna o pleito mais caro, fazendo com que candidatos que arrecadam quantidade limitada de recursos sejam praticamente inviabilizados no pleito eleitoral, evidenciando um contraste com aqueles que têm acesso a fundos partidários ou privados.

Associado ao financiamento eleitoral, a corrupção acompanha a trajetória da jovem democracia brasileira, sendo evidenciado em um caso emblemático na campanha do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Ele e seu coordenador financeiro de campanha, Paulo César Farias, se envolveram em um escândalo que trouxe a tona o financiamento ilegal por parte de empresas (proibido pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos - Lei 5.682/1971) e a troca por contratos com o governo, práticas que culminaram com o impeachment do então presidente (SPECK, 2012).

Regulações foram implantadas após os escândalos do caso Collor culminaram na legalização das doações empresariais para partidos políticos e candidatos (Lei 8.713/93, Lei 9.100/95, a nova Lei dos Partidos Políticos, Lei 9.096/1995, e finalmente a Lei Eleitoral 9.504/1997). Todavia, tal qual apontado por Pam Karlan em seus estudos sobre “o “Dark Money” americano (fundos doados a organizações sem fins lucrativos que, por sua vez, o gastam para influenciar as eleições) os regulamentos de financiamento de campanhas não reduzem a influência do dinheiro, eles simplesmente o forçam em diferentes rotas (GERKEN, 2014).

What elites do, in essence, is signal to each other which candidate they prefer. Money, support, and boots on the ground come with those endorsements. And with money, support, and boots on the ground come votes. Hence the rather astonishing success of party elites. It's not a foolproof system, but it has a far better record of success than most things in politics. (YALE, 2014, p.15).

Ao longo de duas décadas o financiamento eleitoral esteve sob forte influência das doações empresariais, sendo que três quartos do valor das campanhas eram custeados inteiramente por empresas (SPECK, 2016). Este modelo de financiamento ajudou a criar uma imagem plutocrática da democracia brasileira, na qual sem recursos é quase impossível vencer uma eleição, e os interesses por trás do financiamento eleitoral não seriam apenas republicanos, mas sim em prol de benefícios para os financiadores. Assim, financiar um candidato ou uma campanha tornava-se uma potencial moeda de troca através de contratos e vantagens em várias searas da esfera pública, nem

mesmo a transparência do sistema eleitoral, um sistema onde quem pode doar mais recursos acaba exercendo maior influência sobre o processo eleitoral e seus representantes. Speck (2015) afirma que o dinheiro quando não devidamente regulado pode conferir um caráter plutocrático ao mecanismo eleitoral. "No Brasil o grande eleitor é o dinheiro", assim resume Claudio Weber Abramo sobre a influência dos interesses econômicos nos resultados dos pleitos, ou seja, "a representação seria plutocrática, e não da pólis" (Speck, 2005, p. 141).

Thimothy K. Kuhner em *Plutocracy and Partyocracy: Oligarchies Born of Constitutional Interpretation* sugere que os velhos modelos de financiamento político levaram à consolidação de duas formas de oligarquia: uma a plutocracia, ou governo dos ricos para os ricos, que representa a decadência da democracia liberal; e a partidocracia, governo feito pelas elites partidárias que se apropriaram do poder do Estado, que representa a decadência da social-democracia. Juntas, essas formas legais de corrupção cooptam os valores e resultados da democracia. Segundo ele, as leis envolvendo as políticas de financiamento eleitoral devem ser responsáveis por estas formas patológicas de democracia que produzem eleições injustas e governança não representativa, além de leis e políticas impopulares. O autor sugere que o sistema eleitoral brasileiro é semelhante ao dos Estados Unidos de várias maneiras: grande área geográfica, grande população, eleições centradas no candidato e um histórico de campanhas caras. E com um panorama similar dos EUA, onde cerca de 0,5 % de cidadãos contribuem para os fundos utilizados pelos partidos políticos, e apenas 0,000084% dos cidadãos brasileiros fornecem a maior parte dos fundos utilizados pelos grupos de gastos independentes (KUHNER, 2016). O Brasil tem visto uma dimensão plutocrática clara em suas finanças políticas, como observou Maria D'Alva Gil Kinzo:

The main method of funding campaigns in Brazil is through private firms ... especially those in the civil construction and banking sectors... In the [1994] presidential election, 93% of private contributions to the eventual winner came from business donations...The staggering role played by business in financing campaigns is not limited to parties on the right... Even in the case of Lula - the Workers' Party presidential candidate - private firms' contributions amounted to 41 per cent of this party's total expenditure. (KINZO apud. KUHNER, 2007, p.127).

D'Alva criou uma lista com várias eleições em que fontes privadas forneceram de 94% a 99% dos fundos totais da campanha (KINZO apud KUHNER, 2007). Antes do estudo de D'Alva, Roberto Aguiar em *The Cost of Election Campaigns in Brazil* observou que "as campanhas são financiadas principalmente por banqueiros, industriais, empresários e pecuaristas, e que a forma

como o poder está estruturado no Brasil levou à sua concentração nas mãos de poucos” (AGUIAR *apud* KUHNER, 2007).

2.2. A FÓRMULA DO SUCESSO ELEITORAL = RECURSOS FINANCEIROS X VOTOS

Para Samuels (2001), os recursos financeiros estão diretamente ligados à vitória eleitoral, levando os candidatos a uma corrida para arrecadar e gastar o máximo possível, esperando assim receberem mais votos. O estudo de Lemos *et al.* (2010) mostrou nas eleições de 2002 e 2006 para Câmara dos Deputados e ao Senado Federal que o dinheiro importa para as campanhas, os eleitos gastam em média cinco vezes mais do que os não-eleitos.

O aumento nos gastos de campanha, o número de candidatos e a complexidade do sistema político brasileiro são desafios cada vez maiores para os pesquisadores que se debruçam sobre o tema para entender e traduzir para sociedade como a influência do dinheiro nas eleições impacta a vida de cada cidadão no dia a dia e não apenas durante o período eleitoral. A correlação entre voto e dinheiro como um sendo a consequência do outro fica claro em trabalhos como de Cervi, Horochovski e Junckes (2015) em que mostram através da análise de redes sociais (ARS) a convergência de interesses por parte de uma elite político-empresarial a partir de suas doações. Geara *et al.* (2018) da mesma forma apontam que a relação de financiamento entre grupos empresariais e os parlamentares que compõem as Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados, sendo esses algumas referências.

A corrosão ou o fortalecimento do sistema democrático e suas instituições passa pelo financiamento eleitoral e a sua transparência perante a sociedade. A desigualdade social se reflete no cenário político, onde teoricamente haveria condições de equidade como o “peso” dado a cada voto, vemos que para a candidatura existem “dois pesos e duas medidas”. Geara *et al.* (2018) aponta que os parlamentares eleitos acabam se comprometendo com apenas uma parcela da sociedade, justamente seus financiadores que não representam a população. Já Rebello *et al.* (2016) aponta que os financiadores têm preferência por candidatos que já possuem um potencial eleitoral, dificultando ainda mais o processo de renovação.

Sobre as campanhas podemos notar um crescimento nos valores das doações, como mostra o estudo de Almeida *et al.* (2016), com o financiamento eleitoral de empresas listadas no BM&F Bovespa que fizeram doações a partidos políticos nas eleições municipais de 2008 e 2012. O estudo

mostra que no ano de 2008 foram doados aos partidos políticos R\$143.651.817,00. Já no ano de 2012 às doações de pessoas jurídicas aos partidos políticos totalizaram R\$ 451.356.543,94, um pouco mais de três vezes do valor arrecadado quatro anos antes. As eleições de 2014 arrecadaram mais de 4,2 bilhões de reais em doações oficiais, conforme afirmam Mancuso *et al.* (2014), sendo importante por ser a última em que o financiamento privado empresarial ainda era permitido.

As eleições de 2016 trouxeram uma mudança importante que teve impacto direto no financiamento de campanha dos candidatos, foi a primeira eleição após a reforma eleitoral (Lei nº 13.165/2015) que ratificou novas regras referentes à decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, que proibia doações de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais, com isso segundo dados do TSE houve um decréscimo significativo de R\$ 540.645.615,98 contra R\$1.033.674.492,47 em 2012 (TSE, 2016).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº4.650-DF pretendia, por parte do poder judiciário, a tentativa em garantir uma certa igualdade de condições entre os candidatos. Na peça é citado, segundo o Conselho Federal da OAB, que os critérios adotados pelo legislador para o financiamento de campanhas ofendem o princípio da isonomia (CRFB/88, Art. 5º, caput, e Art. 14).

por exacerbar, ao invés de corrigir, as desigualdades políticas e sociais existentes, ao permitir que os ricos, por si ou pelas empresas que controlam, tenham uma possibilidade muito maior de influírem nos resultados eleitorais e, por consequência, nas deliberações coletivas e políticas públicas (STF, 2015, p.11).

A preocupação não se limitava apenas com a forma de financiamento, mas também a distorção que é causada pela desigualdade de acesso aos recursos econômicos, privilegiando aqueles que possuem esses meios, dessa maneira se fortalece o poder político dos candidatos com dinheiro em detrimento dos que não tem. Como é citado na ADI nº4.650-DF sobre essa influência no sistema político brasileiro que “infunde elementos fortemente plutocráticos na nossa jovem democracia, ao converter o dinheiro no ‘grande eleitor’” (STF, 2015, p.19).

O Brasil não é uma novidade quando falamos de financiamento público-privado, segundo Rubio (2005), em *Fundos Públicos de Partidos e Campanhas*, em países como a Alemanha o financiamento público incorporado no ano de 1959 fez com que partidos, entre eles o Democracia Cristã e o Partido Democrata Liberal, pudessem se tornar independentes dos grupos que até então os financiavam. Na Suécia e Finlândia o financiamento público foi uma resposta à crise no setor midiático, em que os jornais pertenciam a empresas que eram vinculadas a partidos políticos. No

México o financiamento público ajudou a criar um sistema partidário competitivo pluralista com alternância de poder e igualdade de oportunidades.

Mas o financiamento público não é a resposta para todos os problemas, entre eles a corrupção, verifica-se que ela existe tanto em países com financiamento público como privado, a exemplo dos casos como a Alemanha, do "Chanceler Helmut Kohl", no México com os "Amigos de Fox" e a operação "Mãos Limpas" (*Mani Pulite*) na Itália. Para Rubio (2005) o ideal seria um sistema misto público e privado como na Alemanha após a reforma de 1994, onde os fundos públicos não podem ser maiores que os fundos privados arrecadados.

O trabalho de Venturi e Filagrana (2019), *Financiamento de campanha eleitoral e as alterações trazidas pela nova legislação*, mostra a diferença entre a antiga forma de financiamento eleitoral e a nova. Apesar das mudanças o que não se alterou foi que

O candidato com maior poder econômico financeiro tem mais chances de obter maiores sufrágios nas urnas bem como maior facilidade de eleição, do que um candidato que tem a boa índole, mas não tem recursos financeiros para tentar uma possível eleição ao pleito escolhido (Venturi e Filagrana, 2019, p.93).

Sobre os efeitos da proibição do financiamento privado, apenas através de análises de séries históricas das eleições após 2015 será possível saber se o STF obteve o resultado esperado formalmente pela Ação Direta de Inconstitucionalidade ou não houve mudança. Um estudo recente feito por Reis e Pinheiro (2019) sobre a consequência da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016 demonstrou que, apesar do volume de dinheiro declarado nas campanhas eleitorais haver sido reduzido, não se resolveu o problema da desigualdade econômica da disputa eleitoral por dois motivos: primeiro seria o autofinanciamento, em que um possível cenário de acirramento na disputa coloca os candidatos ricos em vantagem; segundo é que existem indícios do aumento da prática do caixa dois, colocando em dúvida a própria eficácia da reforma. Para Assis (2017), em um país onde o abismo social é cada vez mais evidente, o fator econômico se tornou um elemento essencial para aqueles que querem se estabelecer na vida pública.

Para um candidato alcançar o maior número de potenciais eleitores através da sua mensagem e presença são necessários recursos, sobretudo, financeiros (SPECK, 2012). Dentro do processo democrático existe uma competição acirrada pelos votos de um público cada vez mais diverso e exigente, assim o financiamento eleitoral se torna um dos fatores principais dentro da corrida, seja para os poderes Executivo ou Legislativo.

De coadjuvante, o financiamento eleitoral, foi majoritariamente privado até 2014 e agora público, passa a ser protagonista dentro do cenário eleitoral a partir do momento em que se torna um dos principais fatores para o sucesso de um candidato dentro do pleito. Para Mancuso (2020, tradução livre), no artigo *The incomplete transition. A review of the recent changes in Brazil's electoral financing model*, nas eleições nacionais desde 2014, o Brasil passou por uma transição incompleta no que se refere às fontes de financiamento político, predominando os recursos privados (e, dentro deles, a inegável prevalência de recursos corporativos) para uma nova situação em que prevalecem os recursos públicos, mas em que a influência dos eleitores e candidatos ricos permanece substancial.

2.3. O FINANCIAMENTO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Descrever sobre as eleições no plano municipal para além de uma análise da dinâmica da política subnacional, mostra a importância da base onde a democracia formal nasce. Não existe uma vasta literatura sobre o assunto e poucos pesquisadores se atentaram para o papel do pleito municipal em antever movimentos e tendências, muitas vezes, este funciona como um laboratório político para o que vai acontecer nas eleições para governador, deputado, senador e presidente. É no pleito municipal que surgem figuras que poderão um dia ser presidentes, senadores, governadores e deputados, mas que na maioria das vezes, foram vereadores e prefeitos pleiteando uma vaga no Legislativo ou Executivo e que continuam tendo nos municípios seus redutos e bases eleitorais. No nível municipal acontecem fenômenos que seriam inimagináveis no plano macropolítico, como coligações entre partidos de ideologias opostas (TELLES, 2005), além da mercantilização do voto (VILELA, 2005).

A grande maioria dos estudos sobre financiamento eleitoral nos municípios têm como objeto a disputa para o cargo de prefeito (CERVI E SPECK, 2012, CERVI, 2010, e ZELINSKI, 2020). O estudo com foco nas eleições subnacionais é recente, como mostra a revisão sistemática feita por Sampaio e Filho (2019), que descreve sobre como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil. A pesquisa mostra que dos 34 trabalhos revisados por Mancuso (2015) apenas três, ou seja, 9% falam sobre eleições municipais. Nos resultados apresentados pela revisão dos 25 trabalhos escolhidos pelos critérios da pesquisa, 48% se tratava de artigos, 28% *working papers*, 12% monografias e 12% dissertações, não havendo teses na amostra analisada. O ano de 2010 marcou o início de estudos do tema referente ao financiamento nas eleições municipais, com uma pesquisa

sobre o financiamento empresarial nas eleições de 2008. O interesse de 40% dos pesquisadores analisados se concentra nas eleições majoritárias especificamente para o cargo de prefeito, com 36% demonstrando interesse na disputa proporcional e 24% analisando ambos os cargos. Entre as regiões analisadas, 32% dos pesquisadores optaram por todos os municípios e 24% das 26 capitais do país.

A carência de trabalhos relacionados ao financiamento eleitoral no nível municipal e principalmente para o cargo de vereador, gera um gargalo de conhecimento e deixa um vazio acadêmico em um tema essencial para entender a democracia representativa brasileira. Speck e Cervi (2016) descrevem a importância do dinheiro para o desempenho eleitoral nas eleições para prefeito de 2012 e da heterogeneidade dos municípios para uma análise concisa, de como é analisar municípios em um país de dimensões continentais, além de uma variedade cultural, como o Brasil. O trabalho de Arquer (2018) trata da volatilidade eleitoral para o cargo de vereador nas eleições de 2000 a 2016, demonstrando a importância das variáveis contextuais entre os municípios de pequeno porte.

O estudo do financiamento eleitoral para o cargo de vereador ainda está em estágio inicial, mas existem importantes trabalhos que ajudam a entender a dinâmica do financiamento eleitoral municipal legislativo. O trabalho de Horochovski *et al.* (2014), sobre a rede de financiamento eleitoral nas eleições de 2008 no litoral do estado do Paraná, mostrou que na disputa pelo cargo de vereador a cota de gênero determinada para apresentação de candidaturas em eleições proporcionais pelos partidos e coligações não foi respeitada. O trabalho de Bueno (2020) analisou a desigualdade de gênero para o cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 nos municípios com mais de 50 mil habitantes, apontando que o financiamento eleitoral como principal motivo para o desempenho e sucesso de uma candidata ao pleito, segundo a autora, “o fato de ser mulher diminuiu as chances em todos os ciclos eleitorais estudados em mais de 40% comparada aos homens” (BUENO, 2020, p.82).

Quando falamos de estudos sobre financiamento eleitoral para o Legislativo, encontramos trabalhos com foco geralmente em capitais ou cidades de médio a grande porte. Souza e Lichinewski (2019) fizeram um estudo sobre o financiamento de campanha de candidatos a vereador na cidade de Curitiba, demonstrando que para os candidatos conseguirem um número bom de votos é necessário alcançar um número considerável de contribuição de pessoas físicas, além do próprio autofinanciamento, também se constatou que os partidos tendem a destinar seus recursos aos candidatos que já tiveram algum tipo de cargo eletivo. Silva e Cervi (2012) analisaram o

financiamento de campanha através de doações para candidatos de maneira comparativa para as eleições de 2008 e 2012 em Curitiba, e verificaram que poderia haver um encarecimento das campanhas, além do aprimoramento das prestações de contas, fazendo com que candidatos fossem mais realistas em relação ao que arrecadaram.

O trabalho de Deschamps (2019) mostra que possuir recursos financeiros estava ligado diretamente ao sucesso eleitoral nos 441 municípios acima de 50 mil eleitores analisados para o cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016. A correlação apontada é alta, acima de 0,6 conforme o coeficiente de correlação de Pearson⁵, mostrando que dinheiro e votos estão intrinsecamente ligados. Mas será que este mesmo paradigma se aplica aos municípios com menos de 50 mil eleitores? Se não, o que poderia explicar esse fenômeno?

Rebello, Giora e Scapini (2016) incluíram diferentes variáveis que mostraram a correlação de forma simples das candidaturas, ficando evidente a relação entre dinheiro e voto. Mas, quando se incluem variáveis como mandatários ou incumbentes, desafiantes efetivos com potencial eleitoral e desafiantes não efetivos com baixo potencial eleitoral, eles observaram um fato importante: que o financiamento eleitoral havia perdido boa parte do seu potencial explicativo. Dessa maneira, entre os candidatos considerados competitivos, os recursos financeiros, os quais foram obtidos durante a campanha, fizeram pouca diferença para que se esclarecesse a variação de votos, o que poderia ser um indício de que “não é o dinheiro que impacta na eleição, mas o potencial do candidato é que impacta em seu financiamento” (REBELLO; GIORA; SCAPINI, 2016, p.182).

A relação entre dinheiro e voto fica explícita como variável dependente relacional, mas a forma como esse dinheiro é gasto pode influenciar de alguma forma e trazer vantagem aos candidatos. No estudo *O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral*, para o cargo de deputado federal no pleito de 2010, mostrou que candidatos que investiram mais em “estrutura” (gastos que indicam a força organizacional do candidato e sua capacidade de coordenação dos eventos de campanha) e “comunicação e publicidade” (gastos que vão desde a produção de “jingles” até a publicidade em placas) foram preditores para o sucesso eleitoral entre candidatos eleitos e não eleitos (HEILER; VIANA; SANTOS, 2016).

Speck e Cervi (2016), se referem às características da disputa eleitoral em municípios menores como sendo diferentes das disputas em municípios grandes, fato que deve ser levado em

⁵O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear entre duas variáveis quantitativas (contínuas ou discretas), que varia de -1 (correlação perfeita negativa ou inversa) a 1 (correlação perfeita positiva). Se o valor de r for 0 isso significa que não há correlação linear entre as variáveis.

consideração. Speck e Mancuso (2013) corroboram com essa afirmação pois segundo eles as campanhas eleitorais, em função de um contexto mais paroquial ou mais metropolitano das disputas eleitorais, seguem lógicas diferenciadas. Sampaio e Figueiredo Filho, expõem que as disputas eleitorais não podem ser analisadas como se os municípios formassem um enorme bloco homogêneo, justificando que, “se a divisão não dá conta de todas as particularidades, é ao menos um bom ponto de partida” (SAMPAIO; FIGUEIREDO FILHO, 2019, p. 16).

Segundo a nova classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 76% da sua população vivendo em municípios considerados urbanos, com 60% dos municípios sendo considerados rurais. O Sudeste é a região com mais incidência de população urbana com 87% do total, já na região Nordeste 1/3 da população vive em municípios rurais, o que representa 68,9% dos municípios (IBGE, 2017). Os municípios, quando analisados historicamente, tinham pouco ou quase nenhum protagonismo na política brasileira, mas a partir da Constituição de 1988 isso mudou. O município se transformou em um ente da federativo, participando do pacto federativo brasileiro através de políticas públicas que seriam capazes de garantir os direitos fundamentais aos seus cidadãos. O município, antes sem qualquer relevância política, se viu elevado com a descentralização dos serviços públicos, ampliando-se as competências e a autonomia municipal. Assuntos relacionados a saúde, transporte público, saneamento e o ensino básico, agora podiam ser resolvidos pelos gestores locais após a municipalização.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho iniciou com os estudos da literatura relacionada ao financiamento eleitoral de campanhas no Brasil, o suporte destes estudos foi fundamental para que através deles houvesse um entendimento sobre a questão do dinheiro e o seu papel nas eleições. Segundo Neusa Dias de Macedo (1995), a pesquisa bibliográfica é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Na pesquisa bibliográfica confirmamos a hipótese, segundo Cervi (2010, p.163) que o “dinheiro faz diferença” no contexto eleitoral, com esses dados referentes às três eleições analisadas em mãos partimos para entender quem está por trás do dinheiro que movimenta as campanhas eleitorais e seus atores. Nesse momento estudou-se brevemente a teoria das elites, segundo Rebello, Giora e Scapini (2016, p.172) o financiamento eleitoral se caracteriza como “um dos pontos de claro contato entre a elite política e econômica”. Nos municípios pequenos não é diferente, existem as elites políticas municipais, mas diferentemente dos grandes municípios as dinâmicas e atores são diferentes, o grande desafio, como afirma Marengo (2013) é analisar se os legislativos subnacionais como assembleias estaduais e câmaras municipais reproduzem padrões encontrados no legislativo federal, assim como o percurso do dinheiro até chegar nas campanhas.

Terminada essa etapa se procedeu a coleta de dados que seria equivalente a pesquisa documental, conforme Callado e Ferreira (2004) afirmam, no caso de uma pesquisa documental, os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica em um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação. A exemplo dos dados estatísticos armazenados em tabelas e relatórios de pesquisa. Neste trabalho foram utilizados dados das eleições de 2008, 2012 e 2016 coletados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O trabalho é uma continuação dos estudos feitos por Deschamps (2019), que analisou o papel do financiamento eleitoral em 441 municípios acima de 50 mil eleitores, ficando a cargo desta dissertação 5.108 municípios com porte abaixo de 50 mil eleitores para a análise em um total de

5.549 municípios, o que nos chama a atenção para a importância da realização dos estudos em grupos de pesquisa, pois cada pesquisador explora determinadas partes ou perspectivas de um mesmo fenômeno.

Para a utilização dos dados foi necessário organizar e filtrar, preparando os mesmos para serem utilizados no pacote estatístico R, em que houve a conversão de caracteres e formato de dados. Devido ao grande volume de informações não era possível manipular os mesmos através de planilhas como feito na dissertação apresentada por Deschamps (2019). Para resolver esse problema foi utilizado o pacote de estatística R.

O foco da investigação são as candidaturas aptas ao cargo para vereador, dessa maneira foram excluídos os registros referentes ao cargo de prefeito nas respectivas eleições. Alguns municípios também foram excluídos da mesma forma que no trabalho anterior conforme os motivos elencados a seguir: 1) No ano de 2013 foram criados cinco novos municípios, sendo eles Balneário Rincão/SC, Mojuí dos Campos/PA, Paraíso das Águas/MS, Pescaria Brava/SC e Pinto Bandeira/RS, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶. Como a pesquisa trabalhou com os pleitos de 2008, 2012 e 2016 os municípios criados posteriormente foram excluídos para que houvesse paridade no número de municípios analisados. 2) Os municípios de Novo Airão/AM, Cururupu/MA, Rosário/MA, Sambaíba/MA, Santa Helena/MA, Santa Luíza do Paruá/MA, São Luís do Quitunde/AL, Itabuna/BA, Lauro de Freitas/BA, Rancho Alegre/PR, Ibirubá/RS, Guapó/GO e Campinápolis/MT foram excluídos devido a inconsistências encontradas no banco de dados replicados do TSE, sejam elas por incongruências ou disparidade dos dados analisados. O banco de dados ficou com um total de 5.549 municípios, houve também a exclusão de 33.341 candidaturas incluindo os três pleitos o que corresponde a menos de 3,14% do total de candidatos em cada eleição, isso se deve a erros de digitação no valor de receita ou quando não havia um registro de despesa para valores muito elevados, o que traz dúvida em relação a consistência dos dados. Os resultados foram agrupados sendo os candidatos eleitos classificados da seguinte forma: eleitos por quociente partidário e eleitos por média. Como não eleitos, os candidatos: suplentes, não eleitos e com a informação “#nulo”. Candidatos eleitos e não eleitos foram classificados em incumbentes, desafiantes, político de carreira e não político de carreira.

⁶Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/97-7a12/7a12-voce-sabia/curiosidades/3268-municipios-novos.html#:~:text=O%20Brasil%20ganhou%205%20munic%C3%ADpios,passou%20a%20ter%205.570%20munic%C3%ADpios>. Último acesso em: 05/10/2020.

TABELA 1 - CANDIDATOS ELEITOS DIVIDIDOS POR CATEGORIAS

Candidatos eleitos	2008	2012	2016
¹ Incumbentes	18.240	18.611	20.631
² Desafiantes	27.923	31.180	29.516
³ Político de carreira	7.697	8.756	10.097
Não político de carreira	38.466	41.035	40.050

FONTE: O Autor (2021).

1. Incumbentes se referem àqueles candidatos que foram eleitos e já eram detentores do cargo a ser disputado
2. Desafiantes são todos os candidatos que não são os titulares do cargo a ser disputado
3. Político de carreira se refere aqueles candidatos que colocaram como profissão “Político”

TABELA 2 - CANDIDATOS NÃO ELEITOS DIVIDIDOS POR CATEGORIA

Candidatos não eleitos	2008	2012	2016
Incumbentes	14.905	13.333	14.651
Desafiantes	184.110	235.586	245.048
Político de carreira	6.570	6.499	7.569
Não político de carreira	192.445	242.420	252.130

FONTE: O Autor (2021).

Houve também o agrupamento de dados por região, ocupação, incumbentes e desafiantes, faixa etária, grau de instrução, estado civil, cor e raça, outros dados considerados relevantes aos municípios foram inseridos, como quantidade de eleitores, população residente estimada, Produto Interno Bruto (PIB), taxa de mortalidade e analfabetismo, índice de Gini, percentual de extremamente pobres e vulneráveis, renda per capita média, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). De antemão é preciso informar que nem todos os dados foram utilizados, mas a sua inserção visa um maior aproveitamento e abrangência de informações relativas aos municípios para que futuros estudos sejam realizados e para instigar pesquisadores no caminho de novas descobertas. Afinal, conforme

Mancuso (2015, pp.155-168), o estudo sobre investimento eleitoral é crucial para o aprimoramento da democracia no país.

Diversos estudos tratam do caso dos incumbentes e desafiantes, podemos citar entre eles os trabalhos de Samuels (2001); Figueiredo Filho (2009); Lemos, Marcelino e Pederiva (2010); Peixoto (2010); Paranhos et al. (2013); Speck e Mancuso (2014); Speck e Mancuso (2013); Arruda et al. (2016); e Aviz, Ferraz, Finan e Varjão (2017). O estudo feito por Sampaio (2018), *Campanha eleitoral 2016: a relação entre gastos e votos dos candidatos a prefeito nas capitais*, que analisou a disputa pelo cargo de prefeito nas capitais do país, demonstrou que os incumbentes ou candidatos a reeleição foram menos eficientes no quesito de transformar os gastos em votos, uma das explicações para esse fato segundo o autor pode ser a lei 13.165/2015, que limitou os gastos de campanha, proibindo doações de empresas e diminuindo o tempo da propaganda eleitoral, fazendo com que os desafiantes utilizassem seus recursos de maneira mais eficiente. Carlomagno (2017), em uma análise sobre a competição eleitoral feita nos sete municípios do litoral do Paraná entre os anos de 2000 e 2016, mostrou que na disputa por uma cadeira no legislativo não existem garantias para o atual mandatário, fazendo com que o mesmo preste mais atenção nos cidadãos ou pode ser trocado no próximo pleito. É um pouco contraintuitivo, mas o Brasil é um caso singular de alta rotatividade de eleitos, a vida de incumbentes e políticos de carreira não é nada fácil por aqui.

O trabalho analisa 5.108 municípios brasileiros, para isso utilizamos a classificação feita por Speck e Cervi (2016), em que não há um padrão definido pela literatura, mas determinações quanto ao limite de tamanho entre municípios paroquiais, centros urbanos ou metrópoles. Os municípios foram divididos através do seu porte eleitoral (número de eleitores) individualmente em cinco grupos (SPECK E MANCUSO, 2013, CARLOMAGNO, 2015), SPECK; CERVI, 2016): 1) Pequenos até 5 mil eleitores; 2) Pequenos-Médios, de 5.001 a 10 mil eleitores; 3) Médios, de 10.001 a 50 mil eleitores; 4) Médios-Grandes, 50.001 a 200 mil; 5) Grandes, acima de 200 mil eleitores. Para fazer a classificação dos municípios foi utilizado como referência o quantitativo de eleitores nas eleições municipais brasileiras de 2016.

Os municípios selecionados neste estudo são os enquadrados no porte 1, 2 e 3, respectivamente, sendo 1.555 pequenos, 1.482 pequenos-médios e 2.071 médios. O número de candidatos aptos para disputar o cargo de vereador nestes municípios foi de 245.178 no ano de 2008, de 298.710 em 2012 e de 309.846 em 2016. Os municípios foram escolhidos como forma de ampliar e complementar a pesquisa feita por Deschamps (2019), que analisou 441 municípios para o cargo de vereador nos mesmos pleitos eleitorais. Apesar da quantidade maior de municípios em

dados absolutos, os municípios menores respondem por menos da metade do total de receita de campanha em relação aos municípios classificados nos grupos 4 e 5 até 2012, sendo 42% nas eleições de 2008, 43% nas eleições de 2012 e 50% nas eleições de 2016. Já em relação ao número de candidatos esse percentual se inverte, com 76% dos candidatos pertencendo aos grupos 1, 2 e 3 no ano de 2008, 72% em 2012 e 71% em 2016.

A literatura que analisa os recursos financeiros no financiamento eleitoral tem como hipótese que existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre dinheiro e resultado eleitoral (MANCUSO, 2015). Continuando nesta mesma linha de raciocínio, sem considerar variáveis como as coligações partidárias ou legislações, Cervi *et al.* (2015) afirma que nas campanhas eleitorais brasileiras fica evidente a relação positiva entre os recursos financeiros empregados na campanha e a quantidade de votos recebidos pelos candidatos. Após os estudos analisados, a principal hipótese do presente trabalho é que, assim como nas eleições nacionais, os recursos financeiros exerceram influência no desempenho e no sucesso eleitoral dos candidatos ao cargo de vereador.

A metodologia utilizada para elucidar as questões de pesquisa, atingindo os objetivos propostos é a aplicação da análise estatística. O pacote estatístico R foi usado para manipulação de dados, além do IDE (Ambiente de Desenvolvimento Integrado) RStudio, *plugins* foram adicionados especificamente para tratar dados, são eles *tidyr*, *ggplot2*, *dplyr*, *reshape2* e *stringr*. Além disso foram feitos cálculos de correlação, regressão linear, média, quartis, razão de chances e diagramas de dispersão.

Os dados populacionais utilizados tiveram como suporte o Teorema do Limite Central, que pressupõem uma distribuição aproximadamente normal quando o tamanho da amostra é suficientemente grande: “Sabe-se que na medida em que o número de observações aumenta, a distribuição das médias amostrais se aproxima da curva normal, independente do formato da distribuição dos dados na população” (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2009, p. 123).

De forma quantitativa os seguintes dados absolutos foram utilizados: receita financeira de campanha, quantidade de votos obtidos e situação do candidato sendo eleito ou não eleito. Foram definidas duas variáveis para analisar a relação entre dinheiro e votos, sendo a variável VD1: desempenho eleitoral medido pela votação total de cada candidato, e como variável VD2: sucesso eleitoral medido pela *dummy* eleito/não eleito e o VD3: total de receitas declarado e os votos recebidos por cada candidato.

Os distritos eleitorais analisados apresentam grande diferença entre os totais de votos e receitas. Na Tabela 3 é possível verificar, por exemplo, a diferença entre os candidatos eleitos que receberam mais e menos votos e o valor investido na campanha.

TABELA 3 - DIFERENÇA ENTRE VOTOS E RECEITAS DOS CANDIDATOS ELEITOS

2008			
	Município/porte	Votos	Receita
Maior	Ipiaú (BA)/médio	3.448	R\$462.967
Menor	Queluz (SP)/pequeno-médio	242	R\$2
2012			
Maior	Floriano(PI)/médio	977	R\$204.318
Menor	Divisa Nova (MG)/pequeno	166	R\$13
2016			
Maior	Teremos (MS)/médio	578	R\$139.711
Menor	São José do Alegre (MG)/pequeno	98	R\$1

FONTE: O Autor (2021)

Na eleição de 2008 o município de médio porte de Ipiaú na Bahia teve o candidato mais votado entre todos os municípios com até 50 mil eleitores, sendo o custo para cada voto na média de R\$134,27. Já no município de pequeno-médio porte de Queluz no estado de São Paulo, o candidato eleito gastou menos que R\$0,008 para se eleger como vereador. Visando normalizar os dados relativos a cada município e, portanto, torná-los comparáveis, elaboramos dois índices referentes a “participação do candidato no total de votos do município” (PCTVM) e a “participação do candidato no total de receitas do município” (PCTRM), no qual se resumem as seguintes formas para que se chegasse aos resultados:

$$\text{PCTVM} = \text{Total de votos do candidato} \div \text{Total de votos do município}$$

$$\text{PCTRM} = \text{Total de receitas do candidato} \div \text{Total de receitas do municípios}$$

Sacchet e Speck (2012) argumentam que valores e votos dependendo de fatores como o econômico na disputa eleitoral podem possuir significados distintos, “as condições de competição variam entre diferentes circunscrições eleitorais em função do número das vagas e candidatos, entre outros fatores” (SACCHET; SPECK, 2012b, p.183). Assim como Peixoto (2012) afirma ser plausível que campanhas eleitorais, em unidades federativas distintas, possuam custos econômicos diferentes.

O trabalho foi desenvolvido seguindo uma linha lógica em que analisamos primeiro o conjunto da eleição, o que inclui o território brasileiro de forma agregada, depois foram feitas análises por regiões e por fim a avaliação por estados, através dessas análises foram elaborados os resultados. Os critérios utilizados para a observação e comparação dos resultados se baseiam no estudo anterior realizado por Deschamps (2019), utilizando referências bibliográficas e outros estudos relacionados ao tema aqui apresentado.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os resultados e a discussão das análises efetuadas. Neste primeiro momento são apresentados os dados descritivos que incluem todos os municípios do país nas eleições de 2008, 2012 e 2016, totalizando 5.549 para o cargo de vereador, (foram excluídas das análises as candidaturas inaptas e indeferidas). Em seguida, são apresentados os resultados classificados pelo porte, nesse caso os 5.108 municípios com menos de 50 mil eleitores. A princípio, tabelas referentes aos dados absolutos do trabalho de Deschamps (2019) foram utilizadas, para posteriormente em casos específicos se fazer uma comparação dos resultados obtidos entre os municípios com mais e menos de 50 mil eleitores.

Através do banco de dados utilizado de maneira compartilhada é possível trabalhar com os objetivos definidos para a pesquisa, entre as premissas estão a de verificar a relação entre dinheiro investido e voto, conseqüentemente, os recursos investidos e o sucesso eleitoral, seja o candidato vitorioso ou derrotado. Existe um fato importante a ser mencionado sobre a eleição de 2012, através de emenda constitucional 58 (CAMARA, 2012) houve um aumento de 20% no número de vagas para o cargo de vereador, a emenda criou 24 faixas de números de vereadores com as cidades mais populosas podendo ter até 55 vereadores e as menores que nove, para garantir que a representação municipal continue proporcional ao tamanho da população.

As eleições municipais ou subnacionais, quando falamos da imprensa e a cobertura das eleições “tradicionalmente, costuma-se prestar atenção aos impactos que a mídia de massa tem sobre grandes populações, como, por exemplo, em disputas eleitorais nacionais” (CERVI, 2010). As eleições municipais acabam tendo sua importância no cenário político subestimada devido ao volume de recursos se comparado a eleições estaduais e nacionais. Mas se analisarmos os dados com cuidado podemos notar que estes recursos equivalem por exemplo às eleições nacionais de alguns países latino-americanos.

A legislação brasileira define as regras em relação às eleições através da lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, que permitia recursos oriundos de pessoas jurídicas (com o limite de até 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição conforme Art. 81 parágrafo 1º), de pessoas físicas (até o limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição, conforme Art. 23, parágrafo 1º inciso I) e dos próprios candidatos (até o valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, conforme Art. 23 parágrafo 1º, inciso II). Além desses, permitia também recursos oriundos do fundo partidário (cotas recebidas), de receitas financeiras (variações monetárias ativas e rendas de aplicações) e de outras receitas (vendas de bens de uso) (BRASIL, 1997).

A partir de 2016 houve uma mudança fundamental que transformaria a dinâmica do financiamento eleitoral brasileiro, a proibição de pessoas jurídicas de doarem recursos para campanhas eleitorais, devido à lei 13.165 de 29 de setembro de 2015. De acordo com Rebello, Giora e Scarpini (2016), a proibição se relaciona à influência econômica exercida pelas empresas nos pleitos eleitorais, segundo o IDEA (*Institute for Democracy and Electoral Assistance*) o Brasil se junta a países como Albânia, Bélgica, Chipre, Estônia, França, Alemanha e Rússia, que em algum grau proíbem o financiamento por empresas, mesmo assim ainda estamos longe de encontrar uma fórmula ideal para que o financiamento eleitoral seja mais inclusivo, transparente e menos suscetível à corrupção.

4.1 ASPECTOS GERAIS DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE VEREADOR NOS PLEITOS DE 2008, 2012 E 2016

Na tabela 4 observa-se os dados gerais quantitativos em relação ao número de municípios onde foram realizadas as eleições, o número de candidaturas solicitadas e o total de receitas de campanha. É possível notar um crescimento de 28,13% no número de candidatos a vereador entre

os anos de 2008 e 2012 e de 2,82% entre 2012 e 2016, com uma variação positiva de receitas de 85,10% entre 2008 e 2012, e uma redução de 15,09% entre 2012 e 2016 (Deschamps, 2019) .

TABELA 4 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO

Ano	Municípios	Candidaturas	Variação entre eleições	Receitas de campanha	Variação entre eleições
	N	N	%	R\$	%
2008	5.549	350.159		1.512.719.636	
2012	5.549	448.656	28,13	2.265.321.091	49,75%
2016	5.549	461.298	2,82	1.437.830.703	-36,53%

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

Em uma eleição é preciso se atentar que apesar do registro do candidato isso não significa que ele está apto para a disputa do pleito, dessa maneira a Tabela 5 demonstra o número de candidaturas deferidas e indeferidas nos três pleitos eleitorais.

TABELA 5 – CANDIDATURAS DEFERIDAS E NÃO DEFERIDAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO

Ano	Deferidas		Não Deferidas		Total de candidaturas	
	N	%	N	%	N	%
2008	334.692	95,58	15.467	4,42	350.159	100,00
2012	425.576	94,86	23.080	5,14	448.656	100,00
2016	444.014	96,25	17.284	3,75	461.298	100,00

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

A tabela 6 demonstra os dados referentes às receitas de campanha, sendo que 1% é o valor que se refere às candidaturas não deferidas no montante total de receitas, com uma variação que chegou a 1,26% no ano de 2016.

TABELA 6 – RECEITAS DE CAMPANHA DAS CANDIDATURAS DEFERIDAS E NÃO DEFERIDAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO

Ano	Deferidas	Não deferidas	Total de receitas de campanha
-----	-----------	---------------	-------------------------------

	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2008	1.496.275.462	98,91	16.444.174	1,09	1.512.719.636	100,00
2012	2.238.892.116	98,83	26.428.975	1,17	2.265.321.091	100,00
2016	1.419.655.443	98,74	18.175.260	1,26	1.437.830.703	100,00

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nas eleições dos pleitos de 2008 tivemos 334.692, no ano de 2012 foram 425.576 e em 2016 houve 444.014 candidaturas deferidas pela justiça eleitoral, mesmo assim houve candidaturas consideradas inaptas sendo essas antes ou depois da realização das eleições por motivos diversos. Sobre os candidatos inaptos, Junckes et al. afirma “ao fim e ao cabo, não estiveram aptos para a eleição, mesmo quando suas candidaturas foram postas em marcha e arrecadaram recursos” (2015, p.30). A tabela 7 mostra o número de candidatos aptos e inaptos nas três eleições:

TABELA 7 – CANDIDATURAS APTAS E INAPTAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO

Ano	Aptas		Inaptas		Total de candidaturas	
	N	%	N	%	N	%
2008	324.598	96,98	10.094	3,02	334.692	100,00
2012	412.198	96,86	13.378	3,14	425.576	100,00
2016	434.045	97,75	9.969	2,25	444.014	100,00

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

A tabela 8 apresenta os valores arrecadados pelas candidaturas aptas e inaptas, sendo que o montante das candidaturas consideradas inaptas acabaram representando menos que 0,40% do total das receitas.

TABELA 8 – RECEITAS DE CAMPANHA DAS CANDIDATURAS APTAS E INAPTAS PARA O CARGO DE VEREADOR POR ANO

Ano	Aptas		Inaptas		Total de receitas de campanha	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2008	1.492.925.492	99,78	3.349.970	0,22	1.496.275.462	100,00

2012	2.231.563.035	99,67	7.329.081	0,33	2.238.892.116	100,00
2016	1.414.725.789	99,65	4.929.654	0,35	1.419.655.443	100,00

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

4.2 AGRUPAMENTO DE MUNICÍPIOS POR PORTE ELEITORAL E COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES

Após o refinamento dos dados das eleições de 2008, 2012 e 2016 ficamos com as candidaturas aptas e suas respectivas receitas, para um melhor entendimento e visualização dos dados os municípios foram agrupados de maneira que possa ser feita uma análise estratificada daqueles com menos de 50 mil eleitores.

Nas tabelas a seguir 9, 10 e 11 são mostrados os dados referentes ao número de municípios, candidatos aptos e receitas de campanha, sendo separados por grupo de municípios, foram levados em consideração os estudos feitos por Speck e Mancuso (2015) e Speck e Cervi (2016) na classificação e categorização dos municípios.

TABELA 9 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS

Grupos de municípios	Municípios		Candidaturas aptas		Receitas de campanha		Receita média por candidatura
	N	%	N	%	R\$	%	R\$
Pequenos	1.555	28,02	49.064	15,12	82.799.690	5,55	1.687,59
Pequenos-Médios	1.482	26,71	62.908	19,38	127.121.237	8,51	2.020,75
Médios	2.071	37,32	133.206	41,04	411.503.927	27,56	3.089,23
Médios-Grandes	349	6,29	46.753	14,40	319.388.920	21,39	6.831,41
Grandes	92	1,66	32.667	10,06	552.111.718	36,98	16.901,21
Total	5.549	100,00	324.598	100,00	1.492.925.492	100,00	4.599,31

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

TABELA 10 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS

Grupos de municípios	Municípios		Candidaturas aptas		Receitas de campanha		Receita média por candidatura
	N	%	N	%	R\$	%	R\$
Pequenos	1.555	28,02	56.330	13,67	133.270.933	5,97	2.365,90
Pequenos-Médios	1.482	26,71	72.653	17,63	185.041.204	8,29	2.546,92
Médios	2.071	37,32	169.727	41,18	632.304.518	28,33	3.725,42
Médios-Grandes	349	6,29	69.007	16,74	484.354.316	21,70	7.018,92
Grandes	92	1,66	44.481	10,79	796.592.064	35,70	17.908,59
Total	5.549	100,00	412.198	100,00	2.231.563.035	100,00	5.413,81

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

TABELA 11 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS

Grupos de municípios	Municípios		Candidaturas aptas		Receitas de campanha		Receita média por candidatura
	N	%	N	%	R\$	%	R\$
Pequenos	1.555	28,02	54.704	12,60	108.175.308	7,65	1.977,47
Pequenos-Médios	1.482	26,71	73.278	16,88	143.460.911	10,14	1.957,76
Médios	2.071	37,32	181.864	41,90	449.479.472	31,77	2.471,51
Médios-Grandes	349	6,29	77.749	17,91	316.733.887	22,39	4.073,80
Grandes	92	1,66	46.450	10,70	396.876.211	28,05	8.544,16
Total	5.549	100,00	434.045	100,00	1.414.725.789	100,00	3.259,40

FONTE: Deschamps (2019), com base em dados do GETE, da UEPG.

Analisando as subdivisões feitas em relação ao agrupamento de municípios podemos constatar que nos três primeiros grupos se concentra a grande maioria dos municípios brasileiros, que são justamente aqueles com até 50 mil eleitores, perfazendo mais da metade do total somente os dois primeiros grupos (54,73%) e (92,05%) se somarmos os Pequenos, Pequenos-Médios e Médios.

Quando olhamos para as receitas de campanha o cenário é diferente, os grupos 1, 2 e 3 somam o total de 49,56% de todas as receitas, com uma receita média por candidatura de 1.977,47 nos Pequenos, de 1.957,76 nos Pequenos-Médios e de 2.471,51 nos Médios.

O objeto de estudo deste trabalho são os 5.108 municípios que englobam o grupos (1) Pequenos, (2) Pequenos-Médios e (3) Médios. Estes municípios estão distribuídos por todo território nacional de maneira uniforme, sendo que algumas regiões do país podem concentrar mais ou menos municípios conforme sua localização. A tabela 12 apresenta a distribuição desses municípios por regiões e estados.

TABELA 12 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR POR REGIÕES

Municípios									
Regiões	Estados	Pequenos		Pequenos-Médios		Médios		Total de municípios	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Centro-Oeste	GO	106	6,81	108	7,28	55	0,030	229	4,48
	MS	13	0,83	22	1,48	38	0,020	73	1,42
	MT	53	3,40	36	2,42	44	0,024	133	2,60
Nordeste	AL	12	0,77	33	2,22	53	0,029	98	1,91
	BA	15	0,96	115	7,75	263	0,14	393	7,69
	CE	1	0,06	34	2,29	130	0,07	165	3,23
	MA	9	0,57	63	4,25	127	0,06	199	3,89
	PB	86	5,53	66	4,45	66	0,036	218	4,26
	PE	2	0,12	31	2,09	130	0,07	163	3,19
	PI	105	6,75	74	4,99	43	0,023	222	4,34
	RN	56	3,60	63	4,25	44	0,024	163	3,19
SE	13	0,83	22	1,48	35	0,019	70	1,37	
Norte	AC	2	0,12	7	0,47	11	0,006	20	0,39
	AM	1	0,06	18	1,21	38	0,020	57	1,11
	AP	3	0,19	7	0,47	4	0,002	14	0,27
	PA	2	0,12	19	1,28	104	0,057	125	2,44

	RO	8	0,51	19	1,28	20	0,010	47	0,92
	RR	1	0,06	8	0,53	5	0,002	14	0,27
	TO	94	6,04	31	2,09	11	0,006	136	2,66
Sudeste	ES	2	0,12	24	1,61	42	0,023	68	1,33
	MG	277	17,81	288	19,43	239	0,13	799	15,64
	RJ	0	0	12	0,80	46	0,025	58	1,13
	SP	181	11,63	138	9,31	217	0,11	536	10,49
Sul	PR	129	8,29	119	8,02	121	0,06	369	7,22
	RS	267	17,17	93	6,27	102	0,05	462	9,04
	SC	117	7,52	77	5,19	83	0,04	277	5,42
Totais		1555	100,00	1482	100,00	2071	100,00	5108	100,00

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Através da tabela 12 podemos observar que o estado do Rio de Janeiro, localizado na região sudeste, é o único que não possui nenhum município de pequeno porte, em contraste o estado de Minas Gerais também na região sudeste é o que possui o maior número, contando ao todo com 277 municípios. Os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia são os que concentram (por ordem crescente) o maior número de municípios.

Os dados compilados referentes às três eleições, excluindo as candidaturas inaptas, faz nos chegar ao ponto principal em que temos em um universo de 5.549 municípios em todo país, dos quais 5.108 serão efetivamente analisados, sendo 1.555 Pequenos, 1.482 Pequenos médios e 2.071 Médios, ou seja, todos os municípios com menos de 50 mil eleitores. Na tabela 13 podemos notar o número de candidaturas e o volume de receitas.

TABELA 13 –DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS PARA O CARGO DE VEREADOR

Ano	Municípios	Candidaturas	Receitas de campanha
	N	N	R\$
2008	5.108	245.178	621.424.854
2012	5.108	298.710	950.616.655
2016	5.108	309.846	701.115.691

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

4.3. RECEITAS X RESULTADOS NAS ELEIÇÕES

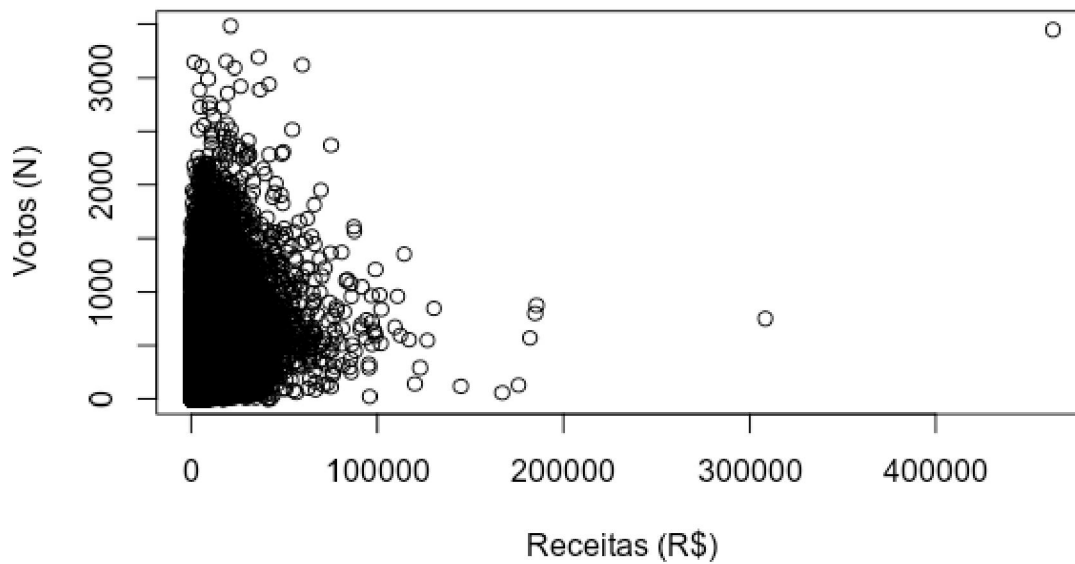
Após a verificação dos candidatos aptos a participar das eleições de 2008, 2012 e 2016 para o cargo de vereador nos municípios com menos de 50 mil eleitores, podemos nos concentrar nas propostas iniciais do trabalho, sendo a primeira de verificar se a receita da campanha tem relação direta com os votos obtidos no pleito (desempenho eleitoral). Em seguida a relação entre os recursos financeiros e o resultado eleitoral, sendo o candidato eleito ou não, denominado assim de sucesso eleitoral.

Para norteamento da pesquisa foram utilizados diversos autores que discutiram sobre o tema, entre eles Figueiredo Filho (2009), Cervi (2010), Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), Marcelino (2010), Peixoto (2010 e 2012), Heiler (2011), Mancuso (2012), Mancuso e Speck (2012, 2015) e Sacchet e Speck (2011a, 2012b).

Nos resultados estatísticos a seguir com a intenção de verificar a forma e a direção de relacionamento das variáveis foram gerados três diagramas de dispersão relacionados às respectivas eleições de cada ano, tendo duas variáveis uma dependente referente aos votos dos candidatos e outra independente relacionada às receitas declaradas pelos candidatos. Segundo Dancey (2006), esses relacionamentos podem ser positivos perfeitos, positivos imperfeitos, negativos perfeitos, negativos imperfeitos, por fim, ainda existem os relacionamentos não-lineares (não há um relacionamento linear). Através da análise é possível verificar que existe uma relação moderada entre as variáveis com um relacionamento positivo imperfeito.

GRÁFICO 1 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES

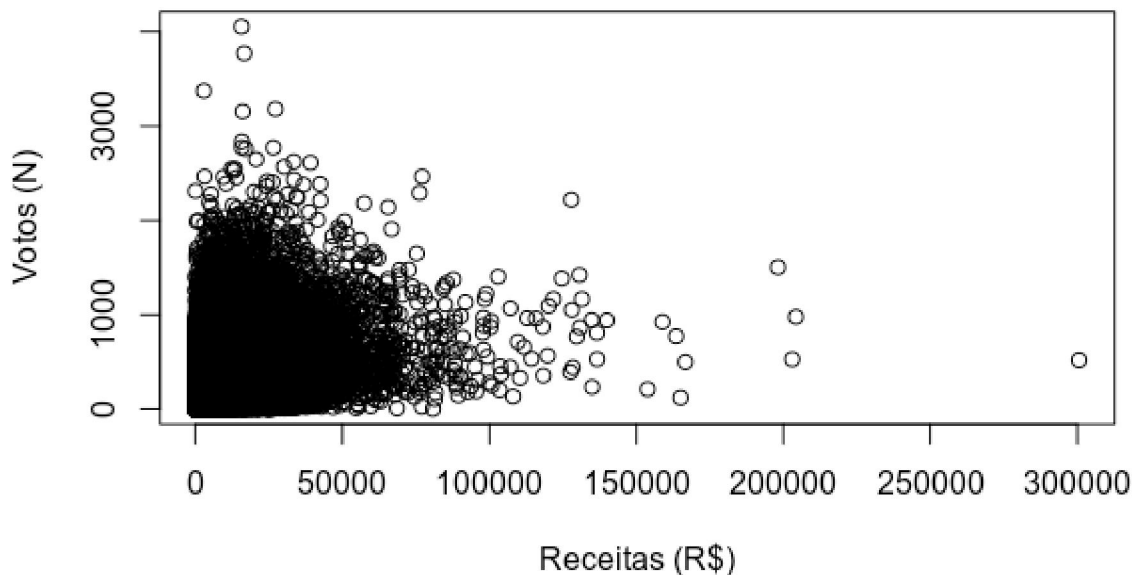
Diagrama de dispersão - 2008



FONTE: O autor (2021).

GRÁFICO 2 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES

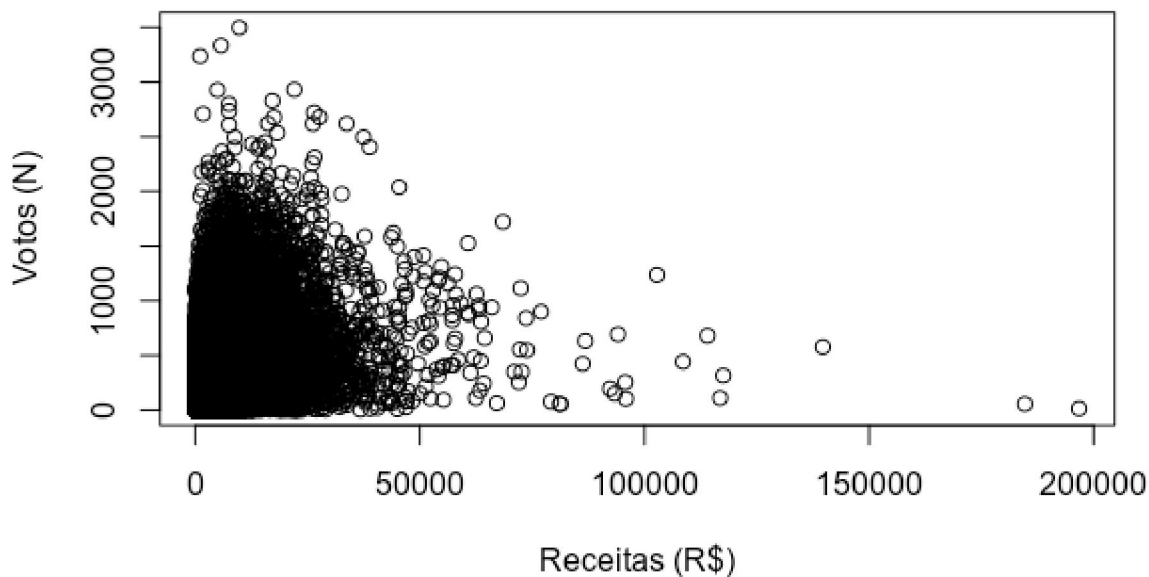
Diagrama de dispersão - 2012



FONTE: O autor (2021).

GRÁFICO 3 – DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL ELEITORES

Diagrama de dispersão - 2016



FONTE: O autor (2021).

5.3.1. A relação entre votos e receita nos municípios com menos de 50 mil eleitores

O primeiro ponto a ser analisado conforme a proposta é a relação entre recursos financeiros e o número de votos recebidos pelo candidato. Sendo a questão principal a ser respondida a seguinte: Quanto mais dinheiro investido, mais votos? Partimos através de outros estudos já abordados aqui anteriormente que sim, que existe uma correlação estatística entre ambos os fatores, entre recursos e votos em um pleito eleitoral.

No intuito de responder essa pergunta, a análise foi feita em duas etapas, sendo a primeira com dados absolutos das três eleições nos 5.108 municípios. Na segunda etapa da análise se leva em consideração a combinação de dados absolutos além de coeficientes e índices.

5.3.2. Relação entre receita e votos com dados absolutos

Os dados absolutos foram submetidos a testes estatísticos de correlação e regressão linear conforme o gráfico a seguir, que apresenta o resultado dos testes com o coeficiente de correlação de Pearson (r) e o coeficiente de determinação (r^2) e o valor P (p).

Conforme os dados apresentados no trabalho de Deschamps (2019) referentes aos municípios com mais de 50 mil eleitores, podemos observar os coeficientes de correlação como seguem. Em 2008 de 0,7416, em 2012 de 0,7312 e em 2016 de 0,6192 .

Os dados absolutos apresentados por Deschamps (2019) mostram uma correlação forte entre ambas as variáveis, mesmo após a exclusão de um candidato no ano de 2016, em que as receitas estariam destoantes do número de votos obtidos, mesmo assim as variáveis continuam com uma correlação alta, conforme a tabela número 12.

A correlação se mantém forte mesmo quando os números são subdivididos em regiões, agora com uma diferença nos pleitos do Norte em 2008 e 2012, e na eleição de 2016 no Centro-Oeste, que apresentaram correlações moderadas em relação aos dados absolutos conforme a tabela 12.

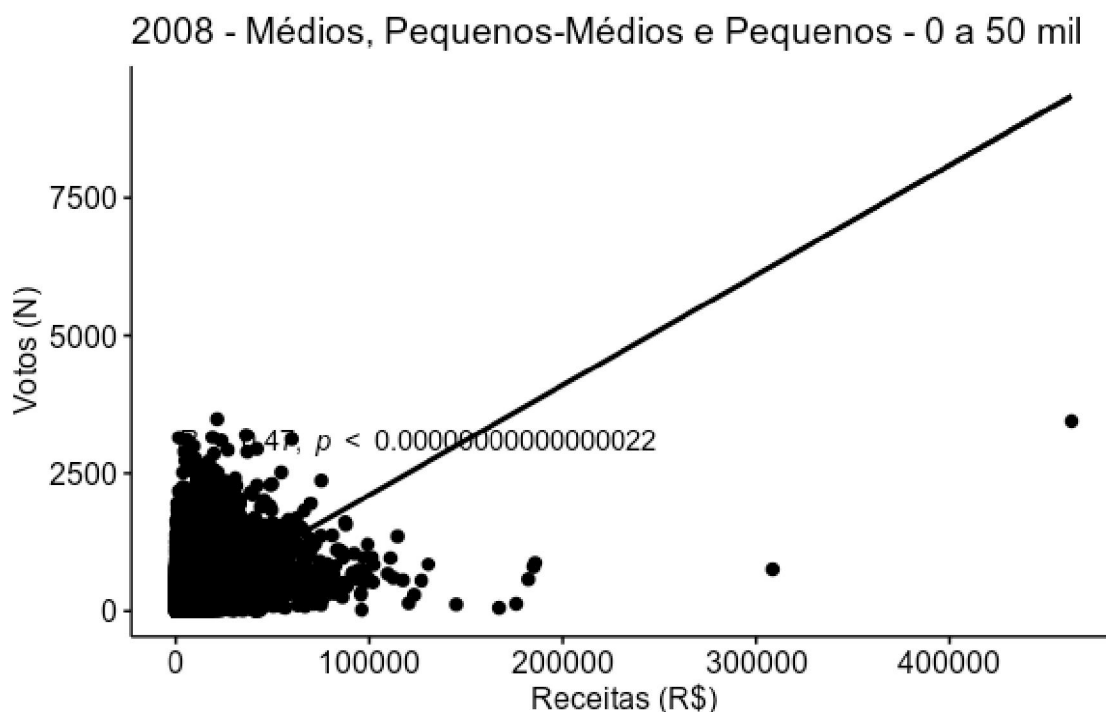
Na análise por estados ficam evidenciados quais são aqueles que anteriormente nas regiões tinham uma correlação moderada, além de mostrar que continua forte a correlação em relação aos demais estados conforme a tabela 14.

Na literatura relacionada ao tema, Sacchet e Speck (2012) falam sobre as eleições para o cargo de deputado estadual e federal no ano de 2006, em que puderam notar a forte correlação entre dinheiro e votos mesmo quando há uma variação entre os estados.

Até este ponto todos os dados de valores absolutos apresentados (englobando todos os municípios) foram para ilustrar a forte correlação que existe entre o dinheiro e voto principalmente nos municípios acima de 50 mil eleitores, daqui para frente os caminhos se dividem e a pesquisa toma seu rumo demonstrando diversos fatores até então desconhecidos de todos e que pela primeira vez são expostos ao público e comunidade acadêmica sobre as eleições no Brasil.

Os gráficos abaixo mostram os dados estatísticos analisados utilizando como parâmetro o número de votos e receitas, agora levando em consideração os municípios com menos de 50 mil eleitores, onde se englobam os Pequenos, Pequenos-Médios e Médios conforme a classificação já mencionada anteriormente.

GRÁFICO 4 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS

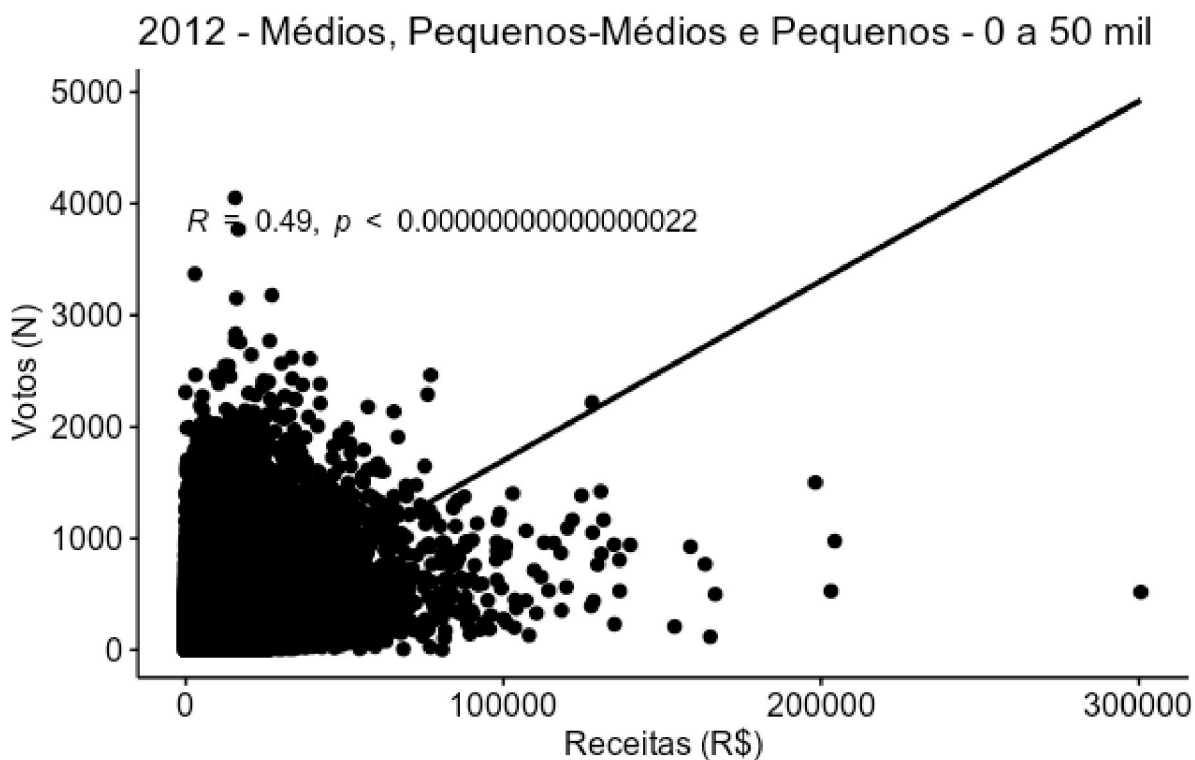


FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

No gráfico acima, que demonstra a linha de regressão, a concentração de candidatos utilizando como parâmetro votos e receitas, podemos notar que, segundo o coeficiente de *Pearson*,

nas eleições do ano de 2008 ocorridas nos municípios de até 50 mil habitantes existe uma correlação baixa conforme $r=0,47$ e $r^2=0,22$. Se compararmos com os dados absolutos que englobam todos os municípios analisados, indicam uma correlação forte em que o coeficiente obteve um resultado de $r=0,74$ e $r^2=0,55$.

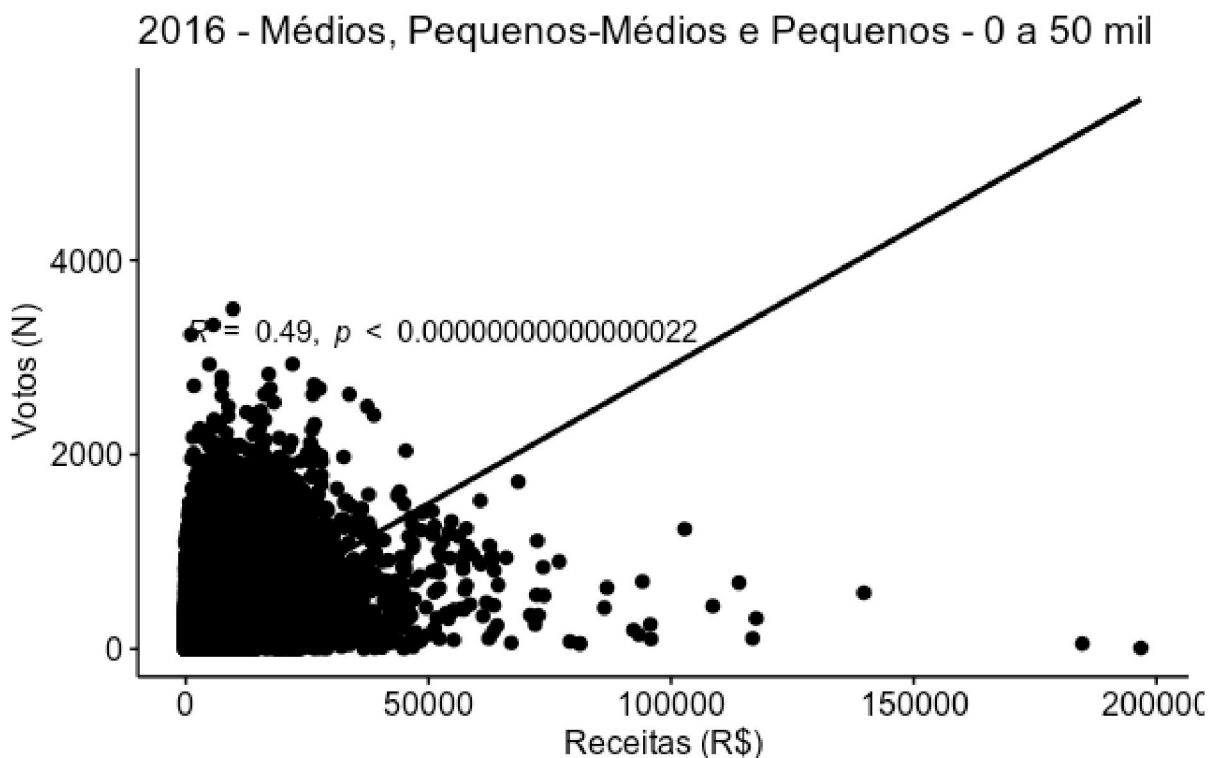
GRÁFICO 5 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nas eleições de 2012, conforme o gráfico demonstra, houve o aumento de dois pontos percentuais em relação ao ano de 2008. Dessa forma o resultado do coeficiente de *Pearson* foi de $r=0,49$ e $r^2=0,24$ uma correlação fraca entre dinheiro e voto em um comparativo com os dados absolutos referentes ao mesmo ano na TABELA 11 que foi de $r=0,74$ e $r^2=0,53$.

GRÁFICO 6 – REGRESSÃO LINEAR DE VOTOS X RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR EM MUNICÍPIOS PEQUENOS, PEQUENOS-MÉDIOS E MÉDIOS



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

O ano de 2016 manteve o mesmo percentual do ano de 2012 de acordo com o coeficiente de *Pearson*, em um comparativo com os dados absolutos do mesmo ano conforme as TABELAS 14, o coeficiente se manteve alto com $r=0,61$ e $r^2=0,38$ e $r=0,70$ e $r^2=0,50$.

Ao analisarmos os gráficos podemos notar em comum entre todos os pleitos a fraca correlação entre votos e receita. No gráfico do ano de 2008 podemos verificar que a correlação do coeficiente de *Pearson* é de 0,47, já no ano de 2012 a correlação é de 0,49, o que se repete no seguinte pleito de 2016 com os mesmos 0,49. O que indica que a mudança ocorrida em 2015 na forma do financiamento eleitoral, com a proibição por parte de pessoas jurídicas, não teve qualquer impacto na correlação entre votos e receitas nos municípios analisados.

TABELA 14 – QUADRO COMPARATIVO DA CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE MUNICÍPIOS

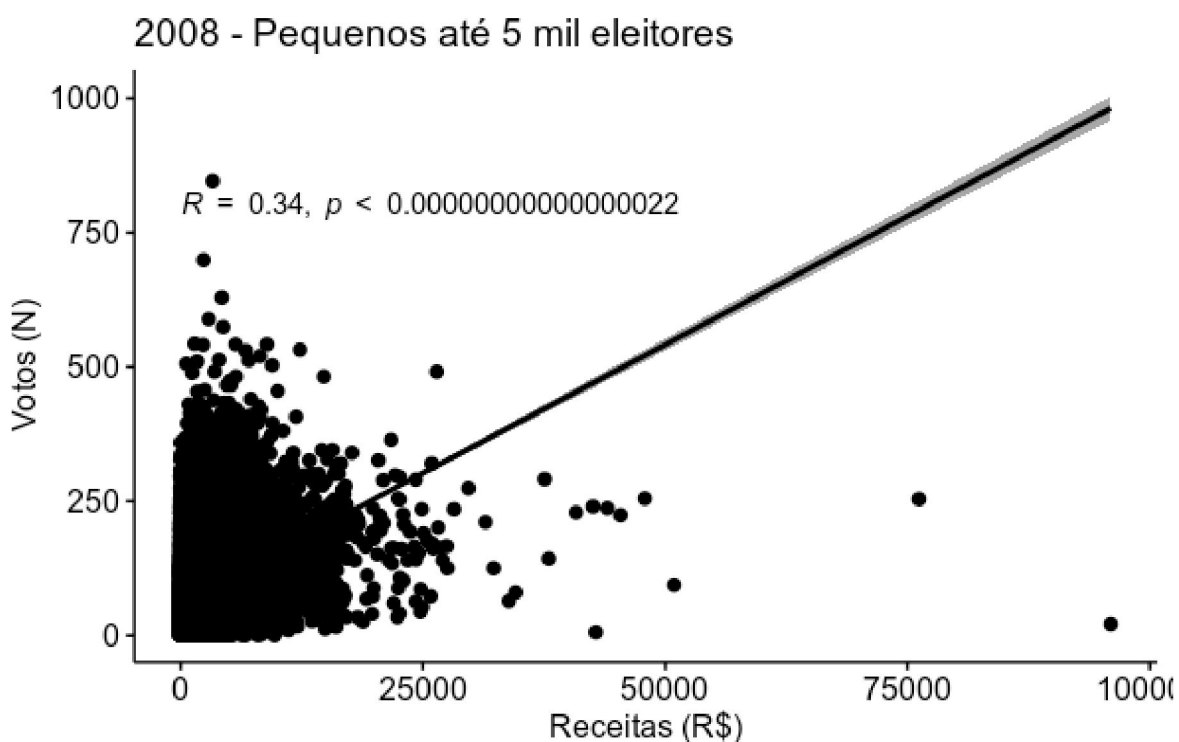
Ano	Acima de 50 MIL	Abaixo de 50 MIL
	r	r
2008	0,74	0,47
2012	0,73	0,49
2016	0,61	0,49

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

5.3.3. Correlação entre votos e receitas por porte de município

A seguir serão mostrados os gráficos que apresentam correlação entre votos e receitas apresentando o valor de r, além da linha de regressão linear nos municípios de 5 até 50 mil eleitores divididos pelo porte.

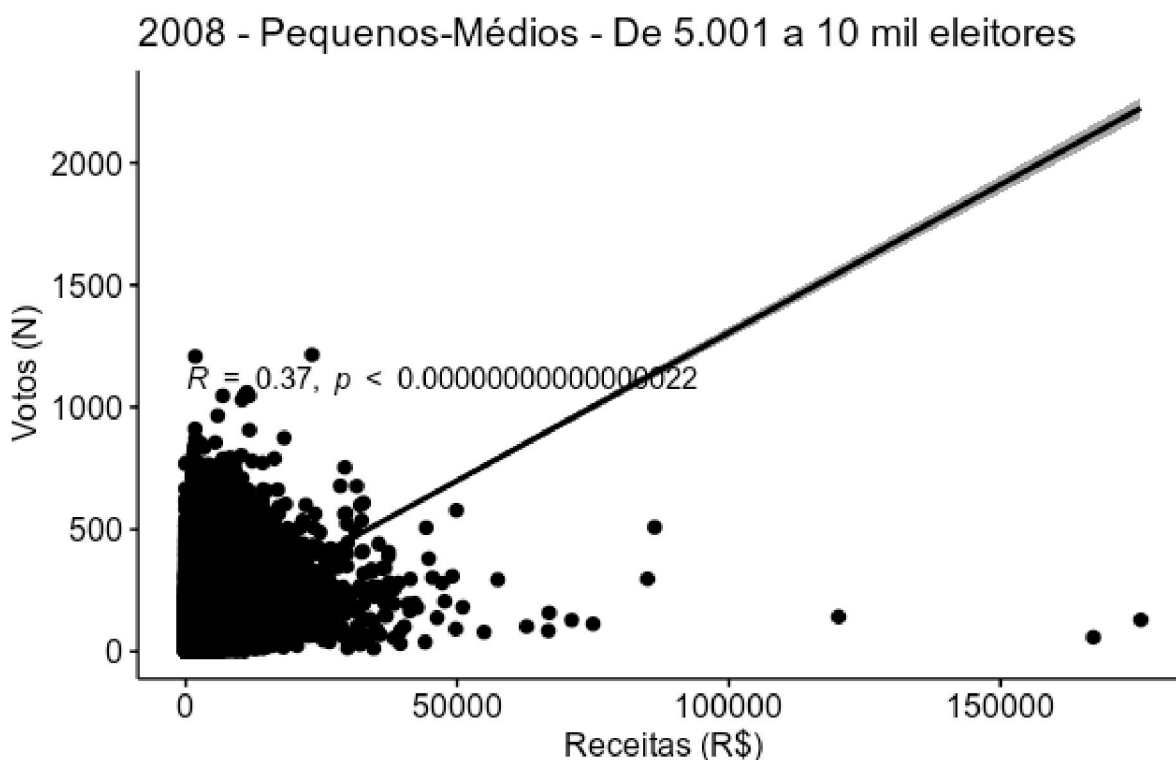
GRÁFICO 7 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Na divisão de municípios por porte é possível notar que conforme a classificação feita por Speck (2012) nos municípios com até 5 mil eleitores (Pequenos), a grande maioria se concentra na região Sul com um total de 513 municípios, contando com o maior número no estado do Rio Grande do Sul com um total de 267 municípios, o estado de Minas Gerais na região sudeste conta com o maior número de municípios desse porte num total de 277. No gráfico 7 é possível verificar que nos 1.555 municípios analisados o coeficiente de correlação entre voto e receita é considerado moderado com $r=0,34$ e $r^2=0,11$ nas eleições para o ano de 2008.

GRÁFICO 8 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR

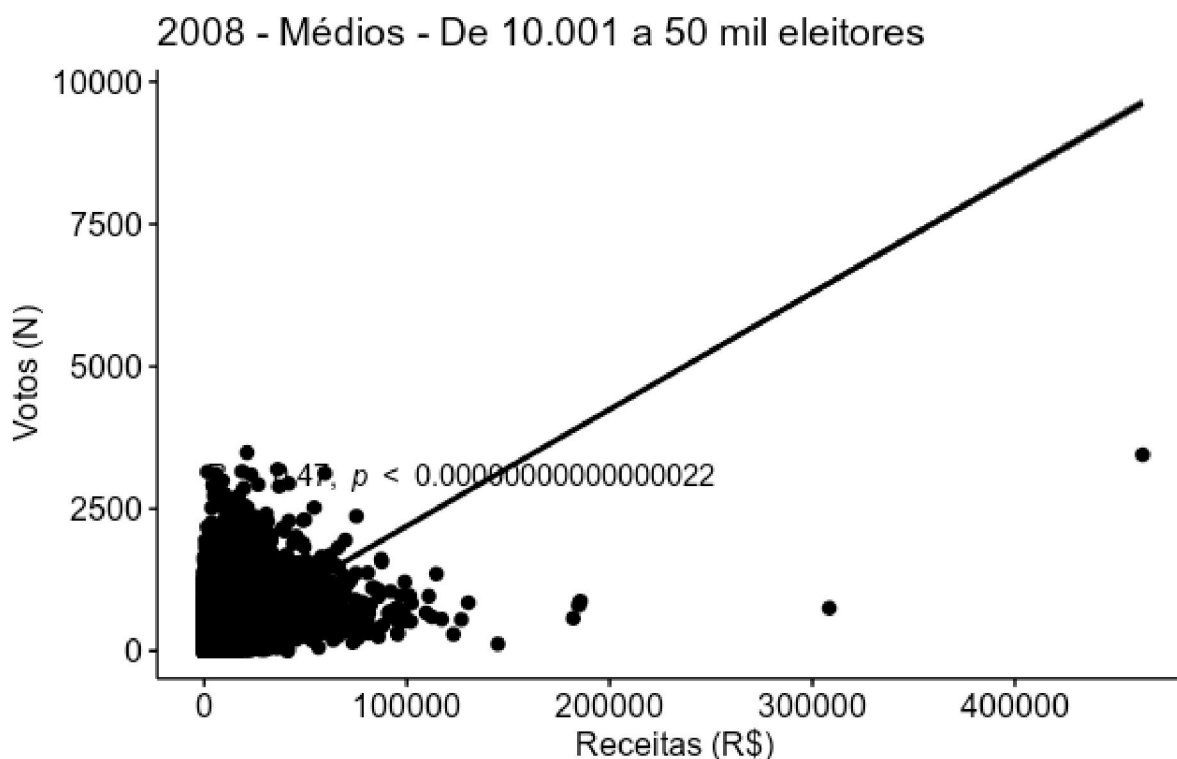


FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nos municípios considerados de porte Pequeno-Médio, que vão de 5.001 até 10.000 eleitores, temos um total de 1.482 municípios. Na região Nordeste se concentram a maioria com 501 municípios nesse porte, sendo 105 só no Piauí, mesmo assim, Minas Gerais na região Sudeste, a exemplo do que ocorre com os municípios de porte Pequeno, ainda é o estado que concentra o

maior número de municípios em um total de 288. Na análise o coeficiente de correlação de *Pearson* demonstra que $r=0,36$ e $r^2=0,13$ apontando uma correlação moderada entre voto e receita.

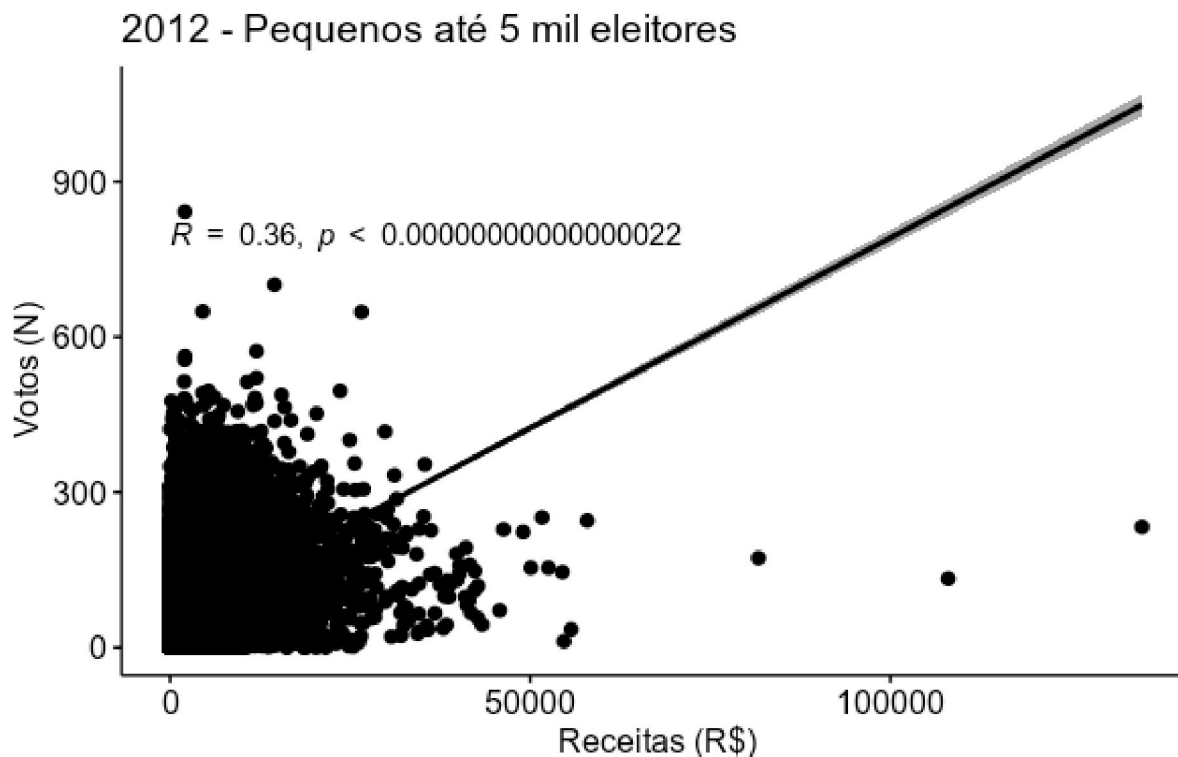
GRÁFICO 9 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nos municípios considerados de porte Médio, que vão de 10.001 até 50 mil eleitores, o total de municípios é de 2.071. A região Nordeste possui o maior número com 891 municípios, só o estado da Bahia concentra 263, sendo o maior de todo o país. No gráfico é possível analisar que o coeficiente de correlação de *Pearson* é de $r=0,47$ e $r^2=0,22$, novamente apresentando uma correlação moderada entre voto e receita.

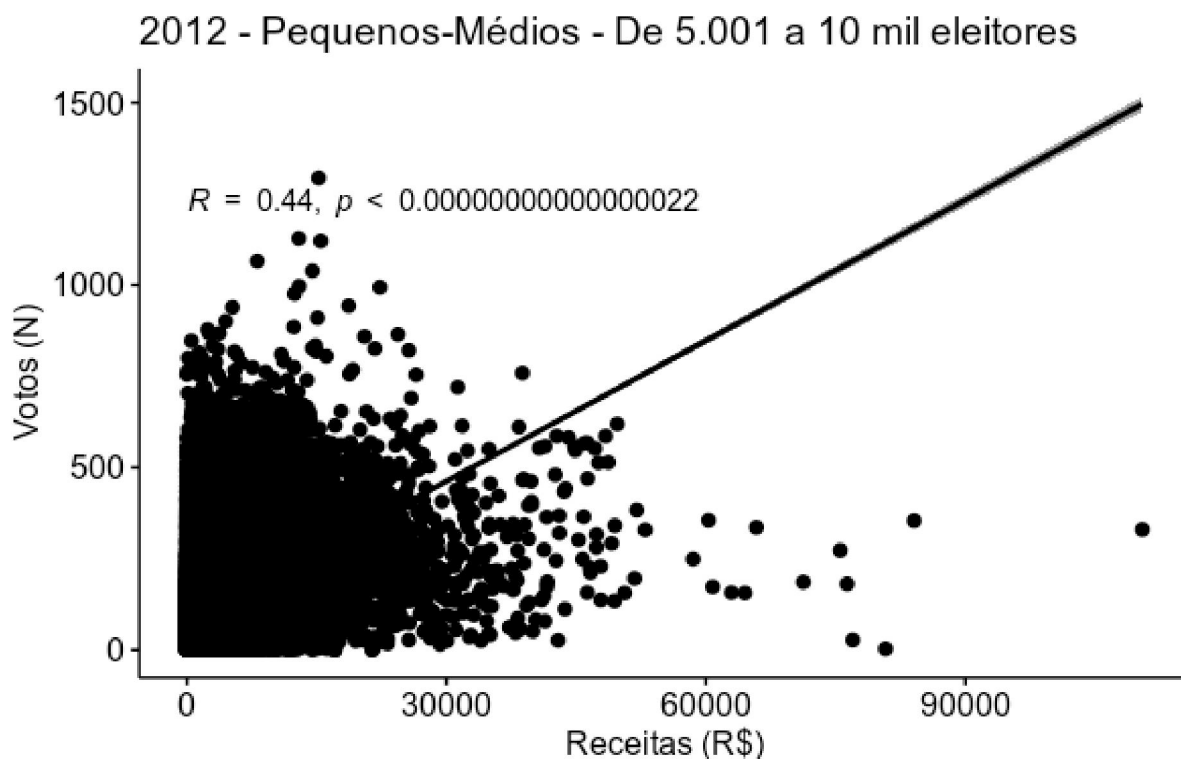
GRÁFICO 10 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

No ano de 2012 temos um coeficiente de correlação de *Pearson* de $r=0,36$ e $r^2=0,18$, comparando com o coeficiente do pleito anterior de 2008 não houve um aumento, mantendo um coeficiente com uma correlação moderada entre voto e receita.

GRÁFICO 11 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR

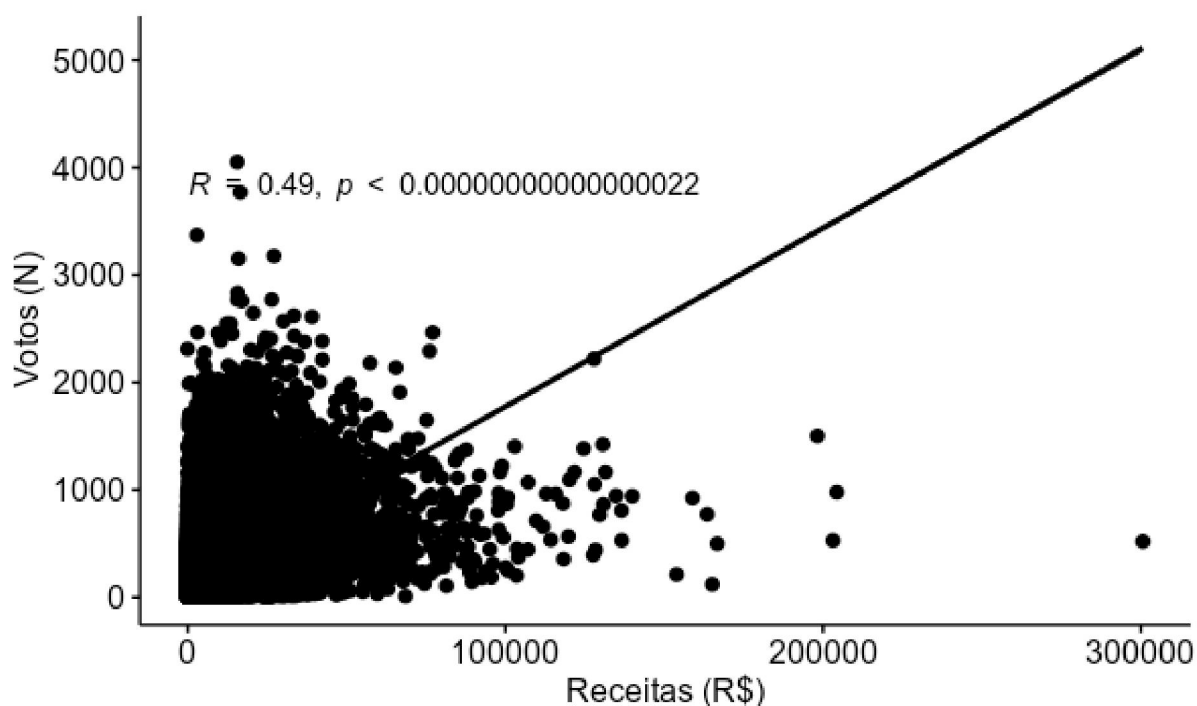


FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

No ano de 2012 para os municípios com até 10 mil eleitores temos um coeficiente de correlação de *Pearson* de $r=0,36$ e $r^2=0,18$, comparando com o coeficiente do pleito anterior de 2008 houve um aumento de dois pontos percentuais, mas mesmo assim o coeficiente tem uma correlação moderada entre voto e receita.

GRÁFICO 12 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTOS X RECEITAS E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR

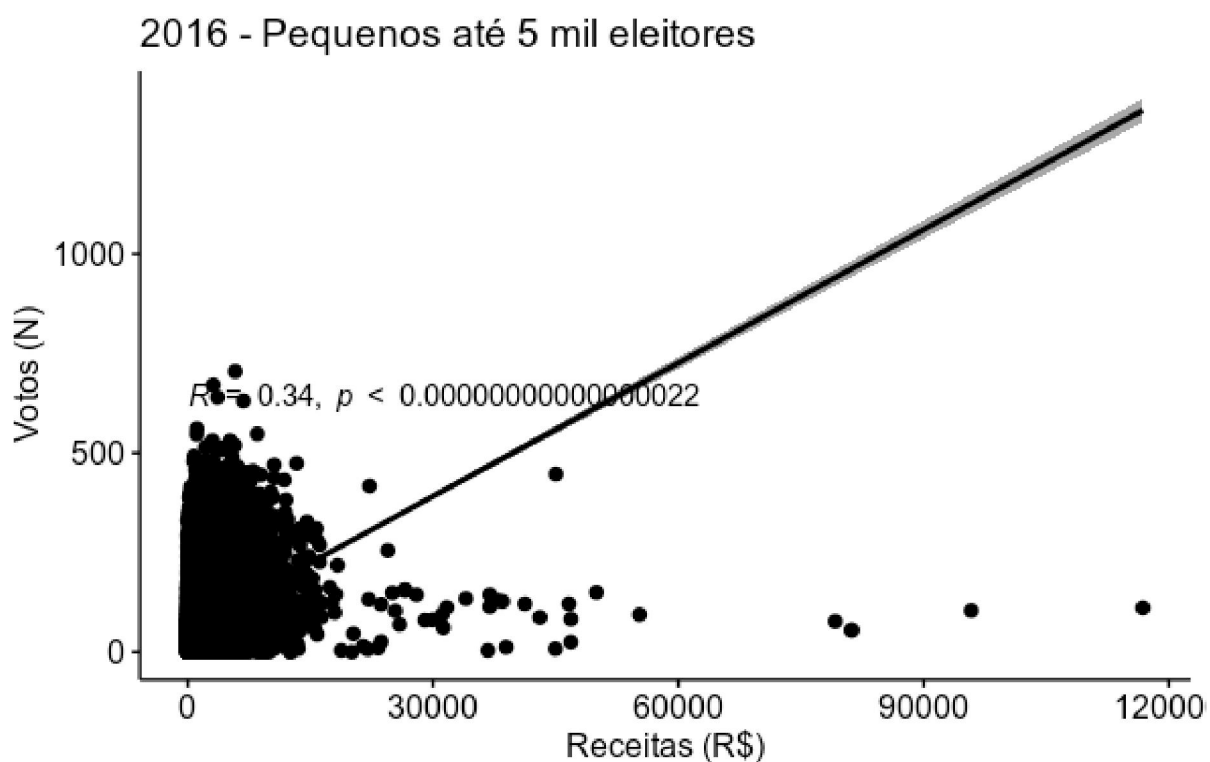
2012 - Médios - De 10.001 a 50 mil eleitores



FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Para os municípios de porte Médio o coeficiente de correlação entre voto e receita foi de $r=0.49$ e $r^2=0,24$, com um aumento de dois pontos percentuais em relação ao pleito anterior, com uma correlação ainda moderada entre voto e receita.

GRÁFICO 13 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR

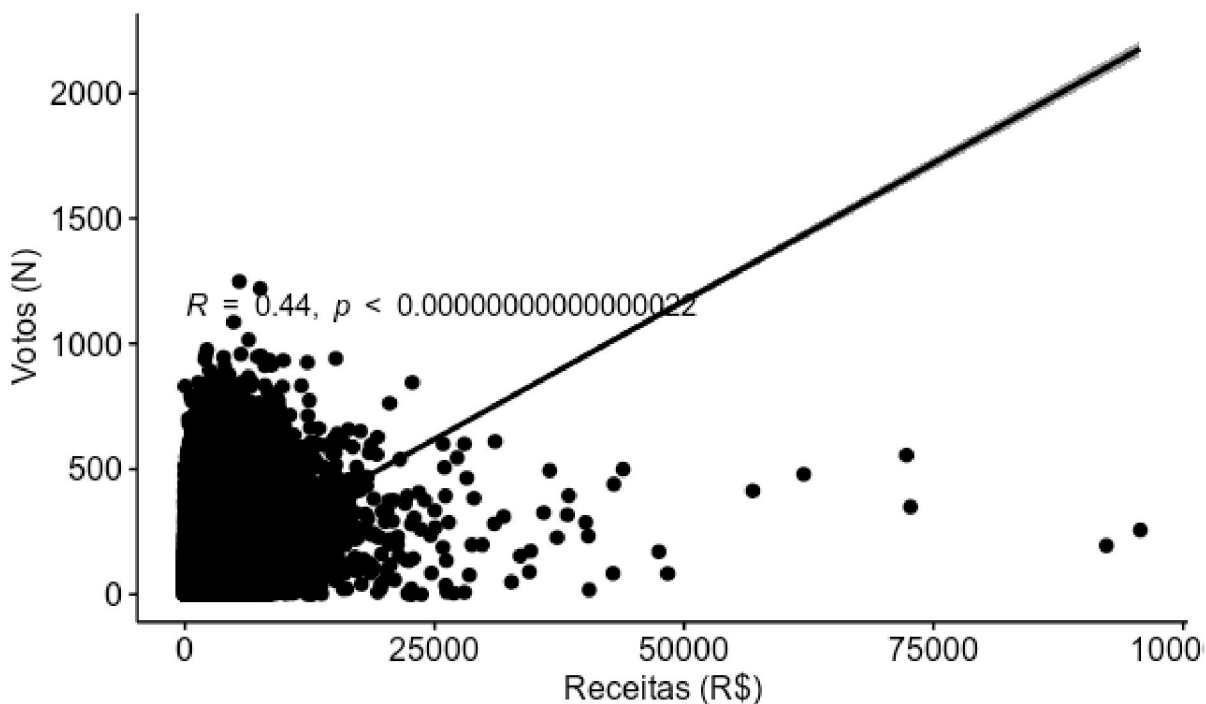


FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nos municípios de porte pequeno para a eleição de 2016 o coeficiente foi de $r=0,34$ e $r^2=0,12$, com uma retração de dois pontos percentuais se comparado ao pleito de 2012, dessa maneira retornando ao mesmo índice encontrado para o ano de 2008.

GRÁFICO 14 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE VOTO X RECEITA E REGRESSÃO LINEAR DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR

2016 - Pequenos-Médios - De 5.001 a 10 mil eleitores

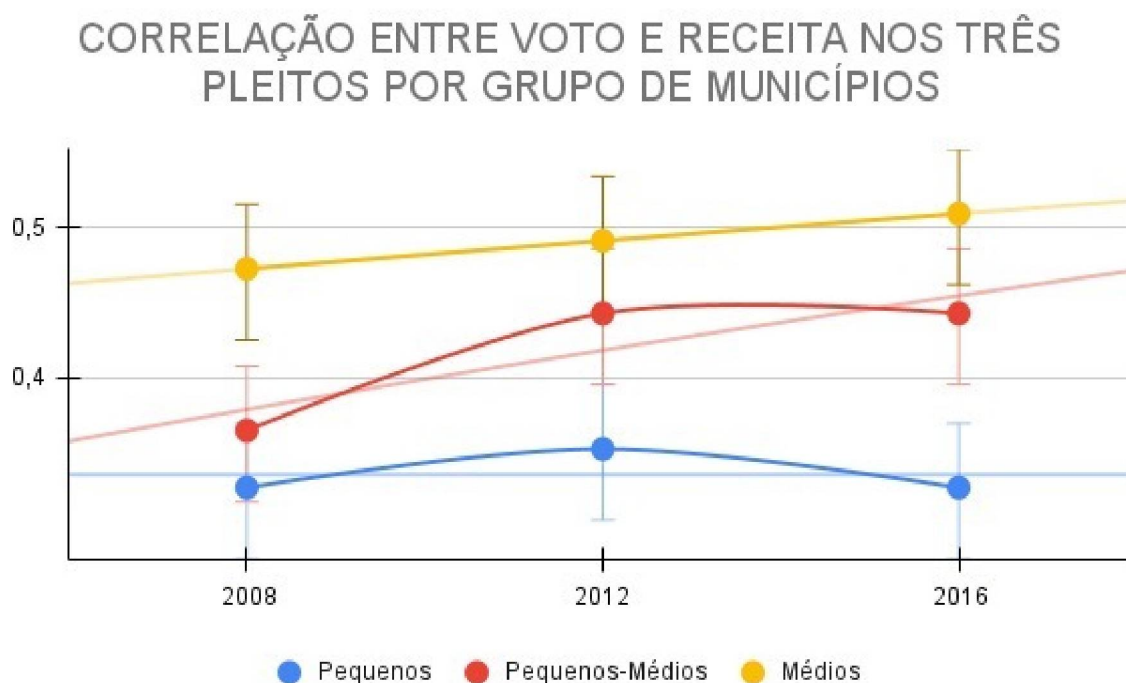


FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Nos municípios de porte Pequeno-Médio o coeficiente de Pearson encontrado para a eleição de 2016 foi de $r=0,34$ e $r^2=0,12$, com uma pequena variação se comparado aos pleitos anteriores, mas mantendo uma correlação moderada entre dinheiro e voto.

Na tabela acima podemos ver que na eleição de 2008 nos Pequenos municípios a relação entre receita e voto era de 0,34, considerada moderada. Em 2012 esse índice aumentou em dois pontos percentuais para 0,36 e em 2016, com a mudança na lei eleitoral, sem o financiamento privado o índice voltou ao mesmo patamar de 2008, isso aconteceu nos Pequenos-Médios municípios onde o índice de correlação entre voto e receita começou com 0,37 e em 2012 subiu para 0,44, e em 2016 se manteve nos mesmos 0,44. Os municípios de porte Médio foram os únicos que a correlação se manteve crescente a cada eleição, é possível notar no ano de 2008 a correlação de 0,47, depois um aumento para 0,49 em 2012 e por fim na eleição de 2016 um novo aumento para 0,51. No trabalho de Deschamps (2019) podemos notar que nos municípios com mais de 50 mil eleitores, o que abrange os Médios-Grandes e Grandes, a correlação aumenta, o que nos faz concluir que quanto maior o porte do município maior será a correlação entre receita e voto.

GRÁFICO 16 - CORRELAÇÃO ENTRE VOTO E RECEITA NOS TRÊS PLEITOS POR GRUPO DE MUNICÍPIOS
FONTE: O autor (2021).



No gráfico acima é possível notar que conforme aumenta o tamanho ou o porte do município, maior é a correlação ou a influência que o dinheiro tem sobre o voto. Diferentemente do que ocorre nos municípios com mais de 50 mil eleitores, pesquisados por Deschamps (2019), onde

existe uma correlação forte entre financiamento e voto acima de 0,60, nos municípios pesquisados neste trabalho, com menos de 50 mil eleitores, a correlação apresenta um índice moderado de no máximo 0,51. Em todos os cenários as variáveis se relacionam positivamente, o que confirma a hipótese consagrada na literatura, inclusive com dados posteriores à proibição do financiamento empresarial nas campanhas. O que não significa que o dinheiro não tenha influência dentro do pleito, mas sim que outros fatores e variáveis, que fogem do escopo desta pesquisa, também influenciam o resultado final das eleições para o cargo de vereador. Portanto, a influência do dinheiro em um município é proporcional ao seu eleitorado, conforme aumenta, mais torna-se um fator determinante para o sucesso eleitoral. Nos municípios com menos de 50 mil eleitores o dinheiro importa, mas não da mesma forma que naqueles com mais de 50 mil eleitores, questão motivada por fatores que podem ser estudados em trabalhos futuros.

TABELA 16 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE RECEITA DE CAMPANHA E VOTO NAS TRÊS ELEIÇÕES POR REGIÃO

Região	Ano		
	2008	2012	2016
	r	r	r
Centro-Oeste	0,52	0,51	0,48
Nordeste	0,51	0,53	0,59
Norte	0,46	0,48	0,47
Sudeste	0,48	0,48	0,47
Sul	0,48	0,49	0,45
Mínimo	0,46	0,48	0,45
Máximo	0,52	0,53	0,59

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

A tabela 16 mostra um quadro completo da correlação entre votos e receitas por regiões, no Centro-Oeste no ano de 2008 houve uma correlação moderada $r=0,52$, em 2012 continuou moderada com $r=0,51$, e no ano de 2016 a correlação foi de com $r=0,48$. A região nordeste foi a única onde houve um aumento no decorrer dos pleitos no ano de 2008, temos uma correlação de $r=0,51$, no pleito seguinte de 2012 houve um aumento com $r=53$, e por fim na eleição de 2016 a

correlação teve o maior valor entre todas as regiões com $r=0,58$, mas da mesma maneira ainda é uma correlação moderada.

Na região Norte temos correlações moderadas entre voto e receita, não ultrapassando o valor máximo de $r=0,64$ na região Sul no pleito de 2008 e $r=0,44$ também na região Sul na eleição do ano de 2016. As variações fracas indicam que mesmo após a mudança na lei eleitoral em relação ao financiamento de campanha, o dinheiro nas regiões analisadas tem uma relação moderada para o sucesso eleitoral.

TABELA 17 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE *PEARSON* ENTRE RECEITA DE CAMPANHA E VOTO NAS TRÊS ELEIÇÕES POR ESTADO

Região	Estado	Ano		
		2008	2012	2016
		r	r	r
Centro Oeste	GO	0,55	0,52	0,51
	MS	0,50	0,49	0,51
	MT	0,51	0,55	0,45
Nordeste	AL	0,59	0,62	0,64
	BA	0,47	0,59	0,60
	CE	0,58	0,63	0,65
	MA	0,49	0,48	0,53
	PB	0,60	0,57	0,59
	PE	0,54	0,57	0,63
	PI	0,53	0,55	0,63
	RN	0,60	0,60	0,67
	SE	0,38	0,59	0,62
Norte	AC	0,60	0,60	0,53
	AM	0,45	0,55	0,46
	AP	0,42	0,50	0,48
	PA	0,44	0,47	0,52
	RO	0,56	0,57	0,51

	RR	0,41	0,47	0,38
	TO	0,49	0,51	0,51
Sudeste	ES	0,54	0,53	0,53
	MG	0,45	0,46	0,44
	RJ	0,47	0,50	0,52
	SP	0,48	0,50	0,49
Sul	PR	0,49	0,45	0,46
	RS	0,54	0,52	0,45
	SC	0,46	0,51	0,41
Mínimo		0,38	0,46	0,38
Máximo		0,60	0,63	0,67

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

A maioria dos estados apresentou uma oscilação entre crescimento ou decréscimo na relação entre receita e voto nas três eleições, a maior variação ficou com o estado do Sergipe, que aumentou o valor de $r=0,38$ em 2008 para $r=0,62$ na eleição de 2016, um aumento de 24 pontos. No estado do Espírito Santo houve a menor variação, onde na eleição de 2008 havia um coeficiente de $r=0,54$, e nas eleições seguintes houve uma diminuição de um ponto ficando com um valor de $r=0,53$, tanto em 2012 como na eleição de 2016, todos dentro da faixa moderada de correlação entre voto e receita.

Seguindo o mesmo princípio, agora com um detalhamento das regiões pelos estados, começando pela região Centro-Oeste é possível verificar que existem pequenas variações em que a correlação é moderada nas três eleições, com a menor correlação ocorrendo na eleição de 2016 com $r=0,45$ no estado do Mato Grosso, e a maior de $r=0,55$ na eleição de 2008 no estado de Goiás, e em 2012 no estado do Mato Grosso.

Na região Nordeste onde se concentra a maioria dos municípios de Pequenos-Médios e Médios porte é possível notar que ocorrem variações dentro da escala moderada, mas não passando para uma correlação forte entre voto e receita, o estado que apresenta a menor correlação é o Sergipe, com um valor de $r=0,38$ em 2008, ou seja, uma correlação moderada. Já o estado do Rio Grande do Norte é o que apresenta a maior correlação de $r=0,67$ em 2016, mesmo assim continua sendo está moderada.

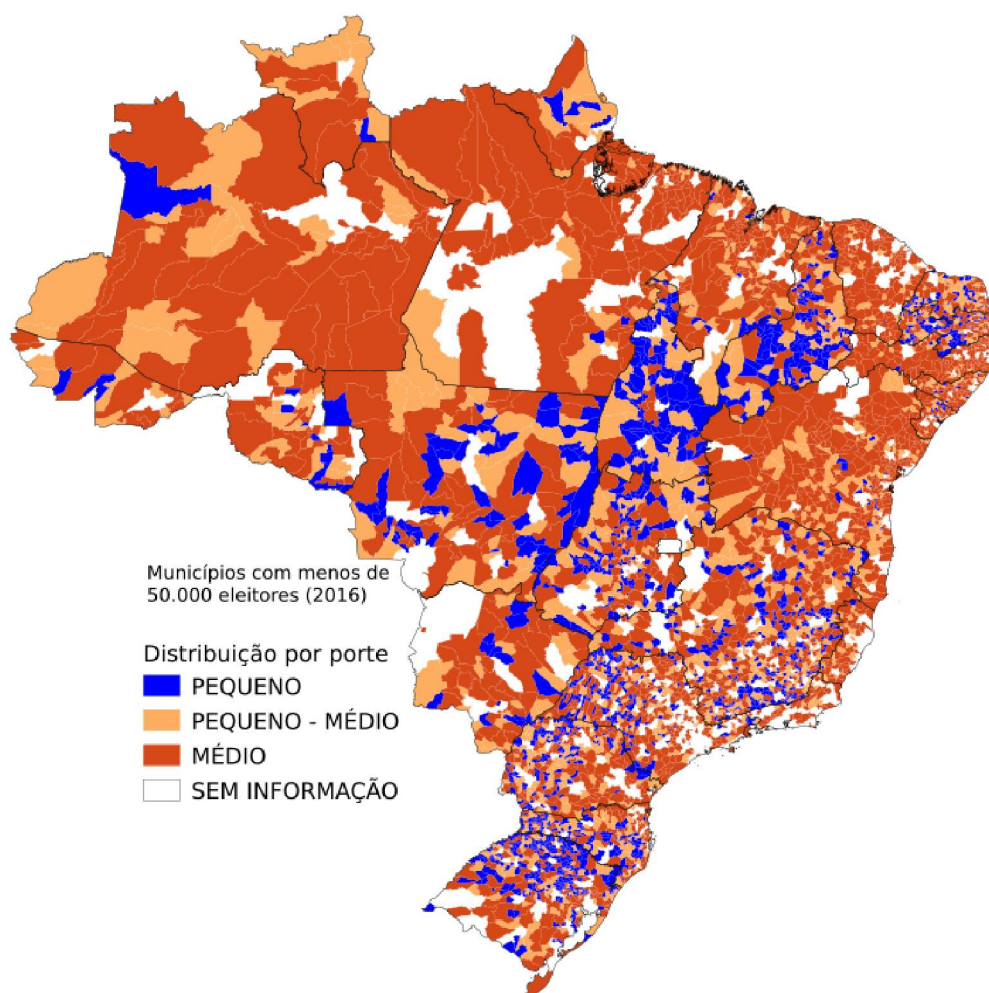
A região Norte mantém uma média próxima da região Centro-Oeste com variações menores e dados mais concisos, sendo a menor no estado de Roraima no pleito de 2016 com um valor de $r=0,38$, portanto, uma correlação moderada. O estado que apresenta a maior correlação da região é o estado de Rondônia com um valor de $r=0,57$, considerado também moderado.

A região Sudeste é o local em que se encontra o estado com a maior incidência de municípios Pequenos e Pequenos-Médios. Minas Gerais, pode-se notar através da análise da tabela, é o estado que possui uma pequena variação com dados muito próximos das regiões Norte e Centro-Oeste, onde a menor correlação acontece na eleição de 2016 com um valor de $r=0,44$. Já o estado que possui a maior correlação é o Espírito Santo, que na eleição de 2008 teve um valor de $r=0,54$. Tanto Minas Gerais como o Espírito Santo possuem correlação moderada.

Por fim, a região Sul concentra o maior número de municípios pequenos (até 5 mil eleitores) em todo território nacional. Na eleição de 2016 o estado de Santa Catarina foi o que teve a menor correlação com um valor de $r=0,41$, já o Rio Grande Sul foi o estado com a maior correlação com o valor de $r=0,54$ na eleição de 2008. A região assim como as outras seguiu o padrão de uma correlação moderada entre voto e receita.

A localização geográfica dos 5.108 municípios brasileiros é demonstrada na figura 1.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS COM



MENOS DE 50 MIL ELEITORES

FONTE: O autor (2021)⁷

A partir de agora analisamos a relação entre os recursos investidos e o sucesso dos candidatos no pleito eleitoral nos municípios com menos de 50 mil eleitores, mais especificamente a diferença de valores investidos pelos eleitos e não eleitos, conforme apresentado na tabela.

Os candidatos eleitos para o cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 responderam na mesma ordem respectivamente por 19,13%, 16,57% e 16,09% do total de candidatos e suas receitas concentraram 38,94%, 37,39% e 32,77%. Visualizando os dados podemos notar que o valor investido pelos candidatos eleitos é maior que os não eleitos, com uma

⁷Elaborado pelo professor Dr. Ivan Jairo Junckes do Departamento de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

média maior do que o dobro em relação aos outros candidatos, podendo chegar a 200,56%, como ocorreu nas eleições de 2012.

TABELA 18 – CANDIDATOS, RECEITAS DE CAMPANHA E RECEITA MÉDIA POR ANO E SITUAÇÃO (ELEITOS E NÃO ELEITOS)

Ano	Situação	Candidatos		Receitas de campanha		Receita média	Diferença eleitos / não eleitos
		N	%	R\$	%	R\$	%
2008	Eleitos	46.163	18,83	241.734.801	38,90	52.365	174,47
	Não eleitos	199.015	81,17	379.690.053	61,10	19.078	
	Total	245.178	100,00	621.424.854	100,00	71.443	
2012	Eleitos	49.791	16,67	357.302.829	37,59	71.760	201,06
	Não eleitos	248.919	83,33	593.313.826	62,41	23.835	
	Total	298.710	100,00	950.616.655	100,00	95.595	
2016	Eleitos	50.147	16,18	230.825.516	32,92	46,029	154,17
	Não eleitos	259.699	83,82	470.290.516	67,08	18,109	
	Total	309.846	100,00 %	701.115.691	100,00	64.048	

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Segundo Heiler (2012), no estado de Santa Catarina foram analisadas as prestações de contas referentes às eleições de 2008 em 12 municípios que podemos classificar como pequenos, pois contam com até 5 mil eleitores. Foi constatado que mesmo com os gastos sendo próximos entre eleitos e não eleitos, em geral o gasto médio dos vitoriosos foi maior variando de 130% a 590%.

Na última parte da análise iremos apresentar os dados referentes à participação dos candidatos eleitos e não eleitos em relação a receita do município. Classificando assim os candidatos por quartis de receita além do RC (Razão de Chances). A tabela 19 a seguir mostra uma análise das três eleições em que a grande maioria dos candidatos eleitos se encontra no último quartil, ou seja, aqueles que tiveram maior arrecadação financeira.

No ano de 2008 tivemos 50,59% dos candidatos eleitos fazendo parte desse quartil. No ano de 2012 foram 55,15% dos candidatos eleitos e finalmente em 2016 cerca de 55,68% dos candidatos eleitos pertenciam ao quarto quartil, fazendo uma comparação com o primeiro quartil dos candidatos eleitos com menor arrecadação, podemos verificar que em 2008 representavam 5,29%, em 2012 foram 3,59% e em 2016 foram de 4,32%. Isso demonstra que os candidatos posicionados no último quartil de maior arrecadação levam uma vantagem sobre os outros de 14,99 vezes em 2008, de 24,05 vezes em 2012 e de 19,55 vezes em 2016.

TABELA 19 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO

Ano	Quartis	Eleitos		Não eleitos		RC – 1º e 4º Quartil	
		N	%	N	%		
2008	1	2.544	5,51	62.836	31,57	17,09	Candidatos do 4º quartil têm 17,09 vezes mais chances de serem eleitos
	2	8.118	17,59	59.985	30,14		
	3	15.552	33,69	47.356	23,80		
	4	19.949	43,21	28.838	14,49		
	Total	46,163	100,00	199,015	100,00		
2012	1	1.916	3,85	76.907	29,70	26,14	Candidatos do 4º quartil têm 26,14 vezes mais chances de serem eleitos
	2	7.377	14,82	74.148	28,64		
	3	16.320	32,78	59.283	22,90		
	4	24.178	48,56	38.581	14,90		
	Total	49,791	100,00	248,919	100,00		
2016	1	2.413	4,81	80.857	31,13	19,90	Candidatos do 4º quartil têm 19,90 vezes mais chances de serem eleitos
	2	6.351	12,66	70.833	27,28		
	3	15.434	30,78	64.315	24,76		
	4	25.949	51,75	43.694	16,82		
	Total	50,147	100,00	259.699	100,00		

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

Sobre os candidatos com maior financiamento, Mancuso e Speck fizeram uma análise para o cargo de deputado federal entre os anos de 2002 e 2010, e puderam constatar que "os campeões do

financiamento empresarial tem uma enorme vantagem eleitoral, a chance de vitória dos preferidos do empresariado foi significativamente maior que a dos outros candidatos" (2015, p.120), sendo que em 2002 as chances eram de 6,25, em 2006 de 9,892 e em 2010 de 12,03. Heiler (2011) na sua análise dos municípios de Santa Catarina chegou a números próximos dos quais obtivemos aqui, sendo que os candidatos da primeira faixa tiveram 13 vezes mais chances de se eleger e os da segunda com 30,4 vezes.

Na tabela 27, 28 e 29 a seguir começamos a nos aprofundar de maneira detalhada, agora através das regiões do país. Nela podemos verificar que na região Sul no ano de 2008 tivemos o menor índice de 36,70% de candidatos eleitos pertencentes ao último quartil de maior arrecadação. Já o maior foi nas eleições de 2012 na região Norte com o último quartil totalizando o valor de 62,97%. Estar entre os candidatos de maior arrecadação financeira aumenta as chances de vitória. Em níveis comparativos é possível verificar que nas eleições de 2008 fazer parte desse quartil representava 7,03 chances mais de vitória na região Centro-Oeste, o menor valor de todos os três pleitos. Já o maior foi encontrado na região Norte, 70,15 nas eleições de 2012.

TABELA 20 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR REGIÃO

Ano	Regiões	Quartis	Eleitos		Não eleitos		RC – 1º e 4º quartil	
			N	%	N	%		
2008	Centro-Oeste	1	223	5,69	3.585	21,87	7,54	Candidatos do 4º quartil têm 7,54 vezes mais chances de serem eleitos
		2	485	12,37	3.931	23,98		
		3	1.049	26,75	4.262	26,00		
		4	2.164	55,19	4.616	28,15		
		Total	3.921	100.00	16.394	100.00		
	Nordeste	1	774	5,05	23.788	41,53	34,90	Candidatos do 4º quartil têm 34,90 vezes mais chances de serem eleitos
		2	2.264	14,79	15.259	26,64		
		3	4.830	31,53	11.136	19,44		
		4	7.449	48,63	7.099	12,39		
		Total	15.317	100.00	57.282	100.00		
	Norte	1	173	4,63	7.005	34,42	23,83	Candidatos do

		2	441	11,81	4.799	23,58		4º quartil têm 23,83 vezes mais chances de serem eleitos
		3	995	26,64	4.932	24,24		
		4	2.126	56,92	3.613	17,76		
		Total	3.735	100.00	20.349	100.00		
	Sudeste	1	1.058	8,02	22.685	31,45	12,74	Candidatos do 4º quartil têm 12,74 vezes mais chances de serem eleitos
		2	3.168	24,01	26.114	36,21		
		3	4.467	33,85	15.743	21,83		
		4	4.503	34,12	7.578	10,51		
		Total	13.196	100.00	72.120	100.00		
	Sul	1	316	3,16	5.773	17,56	11,42	Candidatos do 4º quartil têm 11,42 vezes mais chances de serem eleitos
		2	1.760	17,61	9.882	30,06		
		3	4.211	42,14	11.283	34,33		
		4	3.707	37,09	5.932	18,05		
		Total	9.994	100.00	32.870	100.00		

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

TABELA 21 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO

Ano	Regiões	Quartis	Eleitos		Não eleitos		RC – 1º e 4º quartil	
			N	%	N	%		
2012	Centro-Oeste	1	152	3,62	4.809	22,91	12,75	Candidatos do 4º quartil têm 12,75 vezes mais chances de serem eleitos
		2	402	9,58	3.995	19,03		
		3	1.108	26,41	5.905	28,12		
		4	2.534	60,39	6.287	29,94		
		Total	4.196	100.00	20.996	100.00		
	Nordeste	1	607	3,55	29.987	42,79	48,93	Candidatos do 4º quartil têm 48,93 vezes mais chances de
		2	2.457	14,37	18.922	27,00		
		3	4.637	27,11	11.682	16,67		

		4	9.402	54,97	9.492	13,54		serem eleitos
		Total	17.103	100.00	70.083	100.00		
	Norte	1	103	2,48	8.781	35,54	48,21	Candidatos do 4º quartil têm 48,21 vezes mais chances de serem eleitos
		2	394	9,49	5.836	23,62		
		3	1.045	25,17	5.477	22,17		
		4	2.610	62,86	4.615	18,68		
		Total	4.152	100.00	24.709	100.00		
	Sudeste	1	910	6,49	26.985	29,33	15,47	Candidatos do 4º quartil têm 15,47 vezes mais chances de serem eleitos
		2	2.989	21,33	34.370	37,35		
		3	5.161	36,83	21.166	23,00		
		4	4.952	35,34	9.492	10,32		
		Total	14.012	100.00	92.013	100.00		
	Sul	1	144	1,39	6.345	15,43	23,71	Candidatos do 4º quartil têm 23,71 vezes mais chances de serem eleitos
		2	1.135	10,99	11.025	26,81		
		3	4.369	42,31	15.053	36,61		
		4	4.680	45,31	8.695	21,15		
		Total	10.328	100.00	41.118	100.00		

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

TABELA 22 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ANO

Ano	Regiões	Quartis	Eleitos		Não eleitos		RC – 1º e 4º quartil	
			N	%	N	%		
2016	Centro-Oeste	1	88	2,09	2.523	11,43	17,35	Candidatos do 4º quartil têm 17,35 vezes mais chances de serem eleitos
		2	279	6,61	5.890	26,70		
		3	955	22,62	8.864	40,17		
		4	2.899	68,68	4.788	21,70		
		Total	4.221	100.00	22.065	100.00		
	Nordeste	1	495	2,86	15.985	22,10	48,37	Candidatos do 4º

		2	1.767	10,21	30.212	41,77		quartil têm 48,37 vezes mais chances de serem eleitos
		3	4.767	27,54	19.276	26,65		
		4	10.278	59,39	6.862	9,49		
		Total	17.307	100.00	72.335	100.00		
	Norte	1	94	2,24	5.478	20,03	44,46	Candidatos do 4º quartil têm 44,46 vezes mais chances de serem eleitos
		2	310	30,32	9.620	35,19		
		3	989	7,38	8.559	31,31		
		4	2.810	66,86	3.683	13,47		
		Total	4.203	100.00	27.340	100.00		
	Sudeste	1	1.490	10,60	23.491	24,03	16,06	Candidatos do 4º quartil têm 16,06 vezes mais chances de serem eleitos
		2	2.825	20,10	47.605	48,14		
		3	4.576	32,56	21.601	22,10		
		4	5.161	36,73	5.065	5,18		
		Total	14.052	100.00	97.762	100.00		
	Sul	1	246	2,37	4.176	10,39	18,59	Candidatos do 4º quartil têm 18,59 vezes mais chances de serem eleitos
		2	1.170	11,29	14.442	35,93		
3		4.147	40,01	17.195	42,78			
4		4.801	46,32	4.384	10,90			
Total		10.364	100.00	40.197	100.00			

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

A tabela mostra os dados classificados por estados brasileiros utilizando apenas o último quartil de maior arrecadação financeira e as respectivas chances entre o primeiro e último quartil. No ano de 2008 entre 36,08% e 79,14% faziam parte do quarto quartil. Em 2012 entre 39,31% e 75,13% e no ano de 2016 entre 40,05% e 79,48%.

O estado que apresentou o menor valor de candidatos concentrados no quarto quartil foi o de Goiás com 36,08% no ano de 2008, já o estado que apresentou o maior quantidade de candidatos concentrados no quarto quartil foi o do Piauí com 79,48% nas eleições de 2016. Sobre a RC, o estado que teve o menor valor foi o estado de Santa Catarina com 4,19% nas eleições de 2008. Já o maior RC foi encontrado no estado do Espírito Santo com 211,92% mais chances de serem eleitos

que os candidatos do primeiro quartil. Apenas no estado do Acre nas eleições de 2008 nenhum candidato fazia parte do primeiro quartil de candidatos eleitos com menor arrecadação financeira.

TABELA 23 – CLASSIFICAÇÃO EM QUARTIS DOS CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS EM FUNÇÃO DO TOTAL DE RECEITAS DO MUNICÍPIO E RAZÃO DE CHANCES POR ESTADO

Estados	2008		2012		2016	
	Eleitos 4° Quartil	RC – 1° e 4° Quartil	Eleitos 4° Quartil	RC – 1° e 4° Quartil	Eleitos 4° Quartil	RC – 1° e 4° Quartil
	%		%		%	
AC	61,11	14,80	61,34	-	62,12	20,01
AL	59,80	75,97	63,94	80,7	75,84	66,77
AM	58,64	18,8	74,07	105,98	73,22	67,5
AP	73,81	64,46	73,08	67,66	60,61	30,52
BA	62,13	67,5	67,77	71,88	64,96	40,28
CE	55,54	28,78	64,97	82,86	62,94	114,53
ES	66,07	95,7	65,60	211,92	76,67	42,92
GO	36,08	8,13	65,44	23,54	52,10	18,89
MA	79,14	12,48	65,21	35,86	61,03	30,31
MG	49,09	8,09	53,17	11,62	54,25	13,06
MS	49,77	9,7	54,60	16,99	55,07	14,63
MT	43,20	7,47	41,49	6,89	45,71	7,46
PA	66,90	90,85	72,32	78,65	70,50	75,16
PB	50,10	21,18	53,26	37,57	55,62	29,36
PE	66,98	41,41	72,24	65,11	70,65	81,76
PI	41,23	12,16	46,84	30,99	79,48	19,53
PR	46,89	9,28	49,37	13,4	50,07	12,73
RJ	74,24	113,31	75,13	59,58	70,26	27,64
RN	50,58	63,2	54,08	177,61	53,12	67,31
RO	58,12	23,76	59,35	33,05	53,86	17,58

RR	57,94	15,06	67,69	43,76	58,33	17,51
RS	39,41	6,72	42,56	11,45	41,58	8,64
SC	36,16	4,19	39,31	7,93	40,05	7,54
SE	54,20	19,25	61,52	59,72	60,91	25,1
SP	51,48	10,86	55,92	4,91	51,94	8,91
TO	46,16	14,11	44,44	12,21	44,08	11,06
Mínimo	36,08	4,19	39,31	4,91	40,05	7,46
Máximo	79,14	113,31	75,13	211,92	79,48	114,53

FONTE: O autor (2021), com base em dados do GETE, da UEPG.

A maioria dos candidatos eleitos nos 5.108 municípios brasileiros analisados faz parte do quartil superior, mostrando a relação entre dinheiro e voto, ou seja, um candidato com acesso a recursos financeiros tem mais chances de se eleger do que um candidato com pouco ou nenhum acesso a recursos. Dessa maneira podemos confirmar pesquisas anteriores na área onde o financiamento de campanha tem uma estreita relação com o sucesso eleitoral, como mencionam Sacchet e Speck (2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho foi a análise da relação entre o dinheiro e sucesso eleitoral nas eleições de 2008, 2012 e 2016 para o cargo de vereador, em 5.108 municípios brasileiros com até 50 mil eleitores. O financiamento eleitoral se tornou um tema recorrente em estudos acadêmicos e vem sendo debatido de maneira ampla com a sociedade, sua importância é inerente à democracia, já que a corrosão ou o fortalecimento do sistema democrático e suas instituições passa também pelo financiamento eleitoral e a sua transparência perante a sociedade. Entender esta dinâmica é uma forma de inclusão e cidadania para que possamos exercer os nossos direitos de maneira consciente, mais do que números, nós temos pessoas por trás de cada pleito eleitoral.

O percurso pelo qual este estudo passou foi planejado para que a revisão bibliográfica auxiliasse na compreensão do tema e suporte para o seu entendimento inicial. Seguindo com a fundamentação teórica que foi baseada no conceito das elites municipais, clientelismo e capital social/simbólico e sobretudo na plutocracia, na sua relação com o financiamento eleitoral. Os estudos relacionados ao tema apesar de serem amplos trazem um ponto em comum, em que o sucesso eleitoral e os gastos de campanha se correlacionam tendo impacto direto na disputa eleitoral, se tornando um fator quase que determinante para um candidato conseguir uma almejada vaga no Legislativo municipal.

O processo inicial de depuração dos dados foi importante para delimitar o objeto de estudo. Através do comando *filter* da linguagem R foi possível filtrar e excluir candidaturas indeferidas e inaptas do banco de dados, separando os municípios com menos de 50 mil eleitores. Dessa maneira ficaram 5.108 municípios, sendo 1.555 Pequenos, 1.482 Pequenos-Médios e 2.071 Médios fazendo parte desta pesquisa, que contou ainda com os dados e informações de 241.306 candidaturas aptas em 2008, 300.447 candidaturas aptas em 2012 e 311.749 candidaturas aptas em 2016, com um total de 853.502 candidatos aptos para concorrer ao pleito eleitoral.

Os dados foram apresentados primeiramente de forma completa, em que foram incluídos todos os municípios acima de 50 mil eleitores, posteriormente a análise foi refinada para analisarmos os municípios abaixo de 50 mil eleitores, um retrato do país, das regiões e dos estados foi feito através dos municípios, demonstrando as similaridades e diferenças de cada estado e região, utilizando como metodologia a análise estatística.

Através das análises chegamos ao resultado relacionado ao objetivo específico que era descobrir a correlação entre o dinheiro investido pelo candidato na campanha e o número de votos

recebidos. No trabalho de Deschamps (2019), que analisou 441 municípios acima de 50 mil eleitores, a correlação encontrada entre dinheiro e voto foi estatisticamente forte entre as variáveis, nas três eleições (0,74 em 2008, 0,73 em 2012 e 0,61 em 2016). Já em nossa pesquisa foi constatado que a correlação entre voto e dinheiro é moderada nos municípios abaixo de 50 mil eleitores, sendo 0,47 em 2008; 0,49 em 2012 e novamente 0,49 em 2016. O que chama a atenção neste caso é que diferente do trabalho anterior de Deschamps (2019), em que os dados sofreram uma queda na eleição de 2016 na correlação de 12 pontos entre dinheiro e voto, nesta eleição foi marcada pelo fim do financiamento privado. Nos municípios abaixo de 50 mil eleitores a correlação continuou a mesma tomando como referência a eleição anterior, o que em uma primeira impressão poderíamos afirmar que nos 5.108 municípios brasileiros analisados a mudança do financiamento privado para o público não teve qualquer impacto sobre o sucesso eleitoral dos candidatos, sendo necessário um estudo mais aprofundado neste caso.

Os diagramas mostram a regressão linear e o diagrama de dispersão onde uma correlação positiva é encontrada e denota que quanto maior o número de votos maior em proporção também é o valor de receitas arrecadadas. Mesmo análises feitas por região e estados, a correlação moderada entre dinheiro e voto se manteve, sendo o máximo encontrado na eleição de 2008 no Centro-Oeste com 0,52; na eleição de 2012 no Nordeste com 0,53; e em 2016 novamente no Nordeste com 0,58. Quando analisamos os estados de maneira individual na eleição de 2008 apenas um estado, o Acre localizado na região Norte, apresentou uma correlação considerada estatisticamente forte entre voto e dinheiro (0,60). Na eleição de 2012, quatro estados apresentaram uma correlação forte sendo três deles na região Nordeste (AL com 0,61; CE com 0,63; e RN com 0,60). Na eleição de 2016, todos os índices considerados fortes foram encontrados na região Nordeste, totalizando sete nos seguintes estados (AL com 0,64; BA com 0,60; CE com 0,65; PE com 0,63; PI com 0,63; RN com 0,66 e SE com 0,62). Já as menores correlações entre dinheiro e voto foram encontradas na região Norte em Sergipe (0,37) na eleição de 2008, na região Sul no Paraná (0,45) na eleição de 2012, e na região Norte em Roraima (0,37) na eleição de 2016.

Quando utilizamos a classificação por quartis e a razão de chances, estar posicionado no quarto quartil ou quartil superior, aquele que concentra os maiores arrecadadores, possibilita uma clara vantagem em relação aos outros candidatos, como foi mostrado nas eleições de 2008 em que os candidatos localizados neste quartil tinham 14,99 vezes mais chances de serem eleitos do que os que não estavam neste quartil, nas eleições de 2012 em que os candidatos tinham 24,05 mais chances e nas eleições de 2016 em que os candidatos tinham 19,55 mais chances que outros.

Sobre a pergunta que fizemos relacionada a influência dos recursos financeiros e o sucesso eleitoral de um candidato a vereador nas eleições para vereador nos 5.108 municípios com menos de 50 mil eleitores analisados, podemos afirmar que após as pesquisas, análises e resultados encontrados que existe uma influência moderada do dinheiro nos três pleitos eleitorais estudados, mesmo essa influência moderada não deixa de demonstrar a importância do dinheiro nas eleições, o que vai ao encontro de toda literatura relacionada ao tema ao mesmo tempo em que confirma a hipótese da nossa investigação.

O grande esforço empreendido em coletar e analisar dados de 5.108 municípios, que foi possível através da utilização do pacote estatístico R, trouxe à luz um resultado inédito sobre a correlação entre financiamento e sucesso eleitoral, mostrando como a importância do dinheiro reduz proporcionalmente ao número de eleitores de um município. Este resultado incita questionamentos que podem motivar futuras pesquisas, que busquem elucidar os fatores que reduzem a importância do financiamento em uma eleição, como as diferentes sociabilidades em cada município, capital social, capital político, clientelismo, a influência do fator religioso, a influência dos meios de comunicação disponíveis em cada região, relações de gênero, nepotismo, relações de compadrio, atividade econômica predominante no município, monopólio de determinados serviços e bens, além de outros fatores que fogem do objetivo desta pesquisa.

6.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Por se tratar de um trabalho abrangente o financiamento eleitoral e sua relação com dinheiro é uma das vertentes principais, mas o banco de dados do TSE, que abrange as três eleições pode ajudar a trabalhar temas diversos, como relações de gênero e financiamento eleitoral; relações partidárias e o sucesso eleitoral nas eleições em nível municipal, além da influência da mudança do financiamento privado para público nas eleições de 2016 relacionando com a eleição anterior e seus efeitos; e também se pode subdividir regiões aplicando índices, como o FIRJAN, para se estudar as regiões e municípios e qual a influência que o financiamento eleitoral pode desempenhar no desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.E.G. et al. Financiamento de partidos políticos nas eleições de 2008 e 2012: análise das empresas doadoras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Rio de Janeiro**, v. 21, ano 21, n. 68, p. 9-10, jan/abr 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/48758>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

ARQUER, M. A volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros para o cargo de vereador (2000-2016). **Opinião Pública**, v. 24, p. 670–698, 2018. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/op/a/PtXp7dytBPwvhn9TYHgMGXd/?lang=pt>>. Acesso em: 21/10/2020.

ASSIS, I. L. D. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. **Revista de Ciências do Estado**, v. 2, n. 2, 2017. ISSN 2525-8036. Disponível em: <<https://doaj.org/article/aa8465e6fb5d4f329a96605fda80f58c>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece Normas para as Eleições. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 01 out. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650. Petição inicial. Relator: Ministro Luiz Fux. **Supremo Tribunal Federal**, 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1432694&prcID=4136819#>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BUENO, A. A. M. Mulheres, financiamento eleitoral e democracia: uma análise da (sub)representação das vereadoras nas eleições de 2008, 2012 e 2016 em 441 municípios. , 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69225>>. Acesso em: 21/10/2021.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf> .

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Eleições deste domingo têm mais vagas para vereadores - Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/385523-eleicoes-deste-domingo-tem-mais-vagas-para-vereadores/>>. Acesso em: 21/10/2020.

CARLOMAGNO, M.C. 16 anos de competição eleitoral no litoral do Paraná (2000-2016): **índices e resultados**. , 2017. Harvard Dataverse. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/citation?persistentId=doi:10.7910/DVN/RQGE8T>>. Acesso em: 21/10/2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 108.

CERVI, E. U. Eleições municipais nas primeiras páginas dos jornais diários: comparação entre produção jornalística em periódicos de municípios com conjunturas políticas diferentes e seus efeitos para a democracia de massa. , 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7331>>. Acesso em: 21/10/2021.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, , n. 4, p. 135–167, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1712>>. Acesso em: 21/10/2020.

CERVI, E. U.; HOROCHOVSKI, R. R.; JUNCKES, I. J. Redes de doadores e financiamento político em 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 8, n. 18, p. 80-100, 2015. ISSN 2175-0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/242>>. Acesso em: 08 maio. 2020.

CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 15-30.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Tradução de: VIALI, L. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Título original: Statistics without maths for psychology.

DESCHAMPS, J.P. **DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO DINHEIRO E DO SUCESSO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL (2008, 2012 E 2016)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. **O elo corporativo?** Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1301>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852/3156>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

GEARA, L. E. et al. O financiamento eleitoral nas comissões permanentes da câmara dos deputados: uma análise do meta relacionamento entre empresas e parlamentares. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 11, n. 26, p. 60-81, 2018. ISSN 2175-0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/409/466>>. Acesso em: 28 out. 2018.

GERKEN, H. Boden Lecture: The Real Problem With Citizens United: Campaign Finance, Dark Money, and Shadow Parties. **Marquette Law Review**, Yale, v. 97, ano 4, n. 3, p. 914, maio 2014. Disponível em: <<https://scholarship.law.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5205&context=mulr>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GIORA, G.; REBELLO, M.; SCAPINI, M. Dinheiro realmente importa? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 169-188, set-dez. 2016.

HEILER, J. G. **Democracia**: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas. Uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores de SC. 228 f. 84.

HEILER, J. G.; VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, R. D. DOS. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, p. 56–92, 2016. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/op/a/BLSkPvJy45gJKMkwbmK5Kvy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21/10/2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94710>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

HOROCHOVSKI, R. R. et al. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. **Revista Guaju**, v. 2, n. 2, p. 3-25, 2016a. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/49758/29786>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOROCHOVSKI, R. R.; JUNCKES, I. J.; SILVA, E. A.; SILVA, J. M.; CAMARGO, N. F. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 28–55, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8646018>>. Acesso em: 21/10/2020.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/>. Acesso em: 21/10/2019.

IDEA - INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Brazil to join International IDEA**. 2015. Disponível em: <<https://www.idea.int/news-media/news/brazil-join-international-idea>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

JUNCKES, I. J. et al. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 1, p. 25-47, 2015. ISSN 2177-2886. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6848/pdf_154>. Acesso em: 11 maio. 2019.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues. **World Bank Policy Research Working Paper No. 5430**, n. 5430, set 2010. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1682130>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

KUHNER, T. K. Plutocracy and Partyocracy: Oligarchies Born of Constitutional Interpretation. **SSRN Electronic Journal**, 2016. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=2862442>>. Acesso em: 21/10/2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LEMOS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião pública**, v. 16, n. 2, p.

366-393, 2010. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200004>. Acesso em: 03 ago. 2019.

MALFATTI, S. A. A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo. **Thaumazein: Revista Online de Filosofia**. v. 1, n. 2, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/thaumazein/article/view/185/pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. In: WEES – WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIO E SOCIEDADE, 2018, Maringá. **Eixo 4: política, estado e empresariado...** Maringá: UEM, 2018. p. 1-21. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/325295958>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

MANCUSO, W. P. The incomplete transition. A review of the recent changes in Brazil's electoral financing model. In: M. Pohlmann; G. Dannecker; E. Valarini (Orgs.); **Bribery, Fraud, Cheating: How to Explain and to Avoid Organizational Wrongdoing**, Organization, Management and Crime - Organisation, Management und Kriminalität. p.121–144, 2020. Wiesbaden: Springer Fachmedien. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-658-29062-7_8>. Acesso em: 21/10/2020.

MANCUSO, W. P. Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006. In: DALLA COSTA, A. et al. (Orgs.) . **Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade**. Curitiba: CRV, 2012. p. 139-178.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155–183, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n54/0104-4478-rsocp-23-54-0155.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MANCUSO, W. P.; FERRAZ, A. S. As distorções do financiamento de campanhas. **Revista Fórum**, v. 108, 2012. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/as-distorcoes-do-financiamento-de-campanhas/>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000300003>.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências. , 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4566>>. Acesso em: 21/10/2020.

MARENCO, A. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Editora da UFRGS, 2013.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução de: CHAUDON, A. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. Título original: Zur soziologie des parteiwesens in der modernen demokratie.

Iniciação à pesquisa bibliográfica - Neusa Dias de Macedo - Google Livros. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Inicia%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_pesquisa_bibliogr%C3%A1fica.html?hl=pt-BR&id=2z0A3cc6oUEC&redir_esc=y>. Acesso em: 21/10/2020.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEIXOTO, V. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.academia.edu/1863110/Elei%C3%A7%C3%A3o>>

C3%B5es_e_Financiamento_de_Campanhas_no_Brasil>. Acesso em: 03 ago. 2020.

PEIXOTO, V. Impacto dos gastos de campanhas nas eleições legislativas de 2010: uma análise quantitativa. In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: UFRGS, 2012. p. 1-32. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/impacto-dos-gastos-campanhas-nas-eleicoes-legislativas-2010.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

REBELLO, M. M.; GIORA, G.; SCAPINI, M. Dinheiro realmente importa? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014. **Revista Debates**, v. 10, n. 3, p. 169-188, 2016. ISSN 1982-5269. Disponível em: 87<<https://doaj.org/article/6b05a2ee5e234fcca72406d520a83884>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

REIS, B. P. W.; EDUARDO, F. L. A Distância entre intenção e gesto: consequências da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016. **http://www.ipea.gov.br**, 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9900>>. Acesso em: 21/10/2020.

RUBIO, D. F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estudos CEBRAP**, p. 6–16, 2005. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/nec/a/ZfshVgYBWNncYS7pn9pfh9G/?lang=pt>>. Acesso em: 21/10/2020.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012b. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96p.

SAMPAIO, D.; FILHO, D.B.F.F. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB**, São Paulo, n. 88, p. 1-25, fev 2019. Disponível em: <<http://anpocs.com/images/BIB/n88/1017666bib88052019.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SAMPAIO, D. CAMPANHAS TRADICIONAIS OU MODERNAS? Estratégias de gastos nas eleições municipais de 2016. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2020. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qFcDtdWnWjspBfnRhwwKVqn/?lang=pt>>. Acesso em: 21/10/2020.

SAMUELS, D. Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil. **Comparative Politics**, vol 34, No. 2, pp. 23–42, Outubro, 2001.

SCARROW, S. E. **Political Finance in Comparative Perspective. Annual Review of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 193–210, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.080505.100115>>. Acesso em: 21/10/2021.

SCHLEGEL, R. **Do idealismo orgânico à impessoalidade democrática: o Estado em Raízes do Brasil**. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, .16, Rio de Janeiro, jul. 2014. **Anais...** Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400521771_ARQUIVO_rschlegel.raizes.anpuhrj2014.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SILVA, B. F. DA; CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, , n. 23, p. 75–110, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000200075&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 21/10/2020.

SOUZA, V. P. G. DE; LECHINEWSKI, H. R. G. O FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2016 EM CURITIBA, E SUA RELAÇÃO COM O SUCESSO ELEITORAL DOS CANDIDATOS | Pimenta Gomes de Souza | **Revista do Legislativo Paranaense**. , 2019. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W4AUr0Xf2RwJ:revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/78+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 21/10/2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, ano 8, n. 16, p. 6, jul/dez 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 53-90, 2016. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000100053>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013. ISSN 1519-0951. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/278244683>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SPECK, B. W. Como financiar a competição política? Concepções contemporâneas, ilustrações do caso da Alemanha e perspectivas para a situação em Uruguay. In: CAETANO, G. et al. (Orgs.) . **Dinero y política: el financiamiento de los partidos en la democracia**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2002. p. 15-41.

SPECK, B. W. INFLUENCIAR AS ELEIÇÕES OU GARANTIR ACESSO AOS ELEITOS? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 39–59, 2016. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/nec/a/zJ4Z3WTQrpFh3bNzgdFkZ5n/?lang=pt>>. Acesso em: 21/10/2021.

SPECK, B. W. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. **Revista de Estudios Brasileños (REB)**, Salamanca, v. 3, n. 4, p. 125-135, jan./jun. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação direta de inconstitucionalidade** (Med. Liminar) - 4650. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4650&processo=4650>>. Acesso em: 29 set. 2020.

TELLES, H.S. PROCESSO DECISÓRIO E COMPORTAMENTO POLÍTICO: UM EXAME DA EDUCAÇÃO NO LEGISLATIVO DE SERGIPE (1991/1995). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 9-19, dez 2005. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4834/art02_20.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

THE ECONOMIST. **The Economist Intelligence Unit's Democracy Index**. 2020. Disponível em: <<https://infographics.economist.com/2020/democracy-index-2019/>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2016: candidatos receberam mais de R\$ 2,5 bilhões em doações**. 2016. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Outubro/eleicoes-2016-candidatos-receberam-mais-de-r-2-5-bilhoes-em-doacoes>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - **Lei das Eleições**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes>>. Acesso em: 21/10/2020.

VENTURI, D. R.; FILAGRANA, T. C. R. Financiamento de campanha eleitoral e as alterações trazidas pela nova legislação. **Revista Húmus**, v. 9, n. 25, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10918>>. Acesso em: 21/10/2020.

VILLELA, Jorge Mattar. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 267-296, Apr. 2005. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000100009>.

ZELINSKI, L. F. Plutocracia em jogo : a reforma do financiamento de campanha e as eleições para prefeito em 2016. , 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67517>>. Acesso em: 21/10/2020.

**APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS 5.108 MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM MENOS DE 50
MIL ELEITORES**

www.kaggle.com/dataset/564b0e84c32fc9b5e6c1978d901e3340d7db1e505dc8abd1301e8f8127928e9b

